

**agora
nós!**

**uma nova
atitude.**



→ Moção de Estratégia Global ←

XX Congresso Nacional da JSD

**Primeiro Subscritor:
Pedro Rodrigues**



Penafiel

28, 29 e 30 de Novembro '08

Moção de Estratégia Global

"Agora Nós 09 Nova Atitude"

XX Congresso Nacional da JSD

**Penafiel
28, 29 e 30 de Novembro 2008**

Primeiro Subscritor: Pedro Rodrigues

Agora Nós - Nova Atitude

«*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, Muda-se o ser, muda-se a confiança; Todo o mundo é composto de mudança, ...*»

Luís Vaz de Camões

Com este documento pretendemos a tomada de consciência da necessidade de uma **nova atitude**, que afirme na plenitude uma nova geração de ruptura e de inovação com o actual sistema político e social em Portugal no contexto da família social-democrata.

Uma nova atitude nas **POLÍTICAS**:

- ▶ uma nova atitude no Saber — **Qualificação**;
- ▶ uma nova atitude Social — **Qualidade de Vida**;
- ▶ uma nova atitude Colectiva — **Sustentabilidade**;
- ▶ uma nova atitude nas Relações — **Globalização**;

Uma nova atitude na **POLÍTICA**:

- ▶ uma nova atitude no Sistema — **Refundação da JSD**;
- ▶ uma nova atitude nos Projectos — **Ciclos Eleitorais**;

Uma nova atitude nas **POLÍTICAS**:

Qualificação

«*For the things we have to learn before we can do them, we learn by doing them.*»

Aristóteles

1ª Etapa – Pré-Escolar

Ao longo dos anos, a Educação tem sido uma das áreas mais vulneráveis no conjunto de sucessivas reformas que têm sido desenvolvidas. Na nossa recente história democrática, os mandatos dos muitos ministros da Educação têm sido, invariavelmente, anuais. Temos, portanto, um Sistema Educativo em permanente mutação, com a conseqüente inexistência de resultados práticos satisfatórios.

Portugal ocupa, hoje, um lugar cimeiro nos países com as mais elevadas taxas de insucesso e abandono escolar, na União Europeia. No ensino secundário, estes números tornam-se alarmantes para um país inserido numa Comunidade que almeja um único mercado de trabalho europeu. A fraca e deficitária aposta que o nosso país tem feito na Formação e na Educação faz-nos perder competitividade ano após ano.

À semelhança do que acontece na construção de uma casa, também na Educação é imperioso aferir a qualidade dos seus pilares. Falamos, primeiramente, no Ensino Pré-Escolar. Há mais de duas décadas que é recorrente abordar esta problemática.

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar considera-a "a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário".

Ninguém questionará, então, a importância da frequência do Ensino Pré-Escolar. Apesar disso, os Governos têm-se revelado ineficazes na resolução deste problema. No ano de 2007, 12% das crianças inscritas num Jardim de Infância público não teve vaga, segundo dados da insuspeita Inspeção-Geral da Educação. Os mesmos dados apontam para que 72 mil crianças não frequentem nem o ensino público, nem o privado. E não se esperam melhoras para o ano de 2009. A onda eleitoralista e propagandística deste Governo parece ainda não ter chegado ao Pré-Escolar: a dotação orçamental mantém-se inalterada.

Urge a **criação de uma rede pré-escolar** que responda às necessidades do nosso país. Só desta forma poderemos **promover a obrigatoriedade da frequência do Ensino Pré-Escolar**. E, porque, mais importante do que a natureza do prestador, sendo o Estado ou Instituições de Solidariedade Social, o que realmente importa é que todas as nossas crianças tenham lugar neste tipo de estabelecimento, para que aí possam iniciar o seu percurso educativo.

2ª Etapa – Ensino Básico

A Educação deve assentar em três conceitos fundamentais: exigência, excelência e mérito. Porém, as mudanças a que temos assistido na presente legislatura têm conduzido a um Ensino negligente, facilitista e estéril.

Nos últimos meses, houve uma forte contestação ao Novo Estatuto do Aluno por parte dos estudantes portugueses. É inexplicável a abordagem deste diploma a um elemento fundamental: a assiduidade. Independentemente do tipo de falta, justificada ou injustificada, o aluno é submetido a uma prova de recuperação, cujo resultado é irrelevante. A transição do aluno para o ano seguinte depende, única e exclusivamente, da sua presença nesta prova escrita.

Felizmente, o Partido Socialista recuou e vem agora tornar obrigatório este exame apenas para os alunos com faltas injustificadas. Mas, para se corrigir uma falha absurda, foi necessária a tomada de posição dos jovens portugueses e a intervenção da comunicação social. O Partido Socialista evidencia não ter nenhuma visão global para a Educação, vagueando sob a bandeira do experimentalismo e da superficialidade. A rua sabe mais do que o Governo!

Também este ano foram abolidas as provas globais. O Ministério da Educação quer a todo o custo eliminar o rigor no nosso Sistema Educativo. Ao contrário de muitos países europeus, temo-nos mostrado incapazes de implementar um sistema de avaliação que nos catapulte. Onde uns imprimem rigor, nós baixamos exigências. Onde uns obtêm resultados, nós investimos em cosmética para inverter estatísticas.

Uma das soluções passará certamente pela criação de exames nacionais para o Ensino Básico.

Por outro lado, a Escola tem permanentemente esquecido a sua vertente de formação cívica. A disciplina que consta nos planos curriculares do Ensino Básico tornou-se obsoleta e inconsequente. Muito devido à discricionariedade com que é ministrada. E a esta questão liga-se uma outra, em si polémica: a da educação sexual. Há vários anos que se reclama a existência de uma disciplina autónoma de educação sexual.

Atendendo à elevada carga horária que recai sobre os jovens portugueses, é imperiosa a reestruturação da disciplina de formação cívica. Esta disciplina deverá contemplar a educação para a sexualidade, deverá abordar a cidadania (incluindo direitos e deveres sociais e políticos), não descurando a cidadania europeia e as responsabilidades ambientais. Desta forma, estaremos a formar cidadãos conscientes, responsáveis e participativos.

Importa também abordar a generalizada desmotivação do pessoal docente e os seus reflexos imediatos e perniciosos na Educação. O Ministério da Educação concebeu um modelo de avaliação dos professores iníquo e desprestigiante que tem desestabilizado a Escola Pública. Transformaram os docentes em máquinas administrativas, que têm permanentemente de preencher relatórios e formulários, retirando-lhes tempo para serem verdadeiramente Professores. A contestação a este modelo tem sido constante e o grau de insatisfação é muito grande. Não existem beneficiados. Também os alunos, as escolas e os encarregados de educação apenas têm motivos para se lamentarem.

No que diz respeito à gestão escolar, o novo modelo continua a promover o corporativismo e a falta de profissionalismo. É absolutamente necessária uma aposta na profissionalização. Dando, naturalmente, prevalência a docentes, a Escola deverá ser gerida por profissionais, sejam ou não professores. Só desta forma, poderemos implementar o cheque-ensino e a possibilidade de os pais escolherem livremente as escolas dos seus filhos: o financiamento do Estado

3ª Etapa – Ensino Secundário

passaria a ser feito individualmente, por cada aluno. Este instrumento tem-se revelado estrutural noutros países europeus, levando a que as escolas se tentem superar, com elevados padrões de exigência, de forma a serem as “escolhidas” pelas famílias. O actual sistema em que a área de residência ou de trabalho dos pais determina a respectiva escola, tem-se revelado um verdadeiro “apartheid educativo”. Isto porque as escolas inseridas, por exemplo, em bairros problemáticos, receberão necessariamente os alunos que aí residem. Temos assistido a uma “guetização” do ensino que urge combater.

Rankings elaborados com critérios objectivos e liberdade de escolha dos percursos educativos dos filhos (através do cheque-ensino) são dois passos certos rumo a um sistema mais justo, premiador do mérito, impulsionador do nosso futuro colectivo.

O Ensino Secundário tem sido alvo de constantes alterações nos últimos anos. Há que promover uma estabilização dos seus currículos, cursos e métodos de avaliação. Só dessa forma poderemos aferir a fiabilidade dos seus resultados.

Os exames nacionais reduzem-se hoje a um número mínimo obrigatório com critérios de avaliação excessivamente maleáveis e flexíveis. O objectivo prosseguido tem sido apenas o das estatísticas. Com vista a reduzirmos os elevados índices de insucesso escolar, recorreremos à cosmética de exames demasiado fáceis e com a conseqüente inflação das notas de acesso ao Ensino Superior, numa clara falsa noção de conhecimento que damos aos nossos alunos. Cumpre-nos modificar esta realidade.

Se nos queremos aproximar dos países europeus, comecemos então por alargar a escolaridade mínima obrigatória para o 12º ano. Com um natural reforço da acção social escolar, torna-se imperioso apostar na formação como forma de afirmação do nosso país no contexto europeu.

Por outro lado, deve ser continuada a aposta no ensino profissionalizante. No entanto, esse investimento tem de ser também feito nos estabelecimentos de ensino, para que as salas de aula estejam convenientemente preparadas.

É neste contexto que surgem as escolas de 2ª oportunidade, inseridas na Rede Europeia de *2nd Chance Schools*. Portugal já começou a aposta nesta vertente de ensino que deverá ser continuada, de forma a promover níveis de qualificação condizentes com a realidade europeia em que estamos inseridos.

Em suma, a Educação tem de assentar em elevados padrões de qualidade. Com uma geração bem preparada e qualificada estaremos aptos a construir um futuro melhor para todos.

Etapa Final – Autonomia do Superior

O Ensino Superior e o conhecimento científico, assumem hoje, mais do que nunca, uma das últimas esperanças para poder continuar a diferenciar a Europa e o mundo ocidental dos restantes países que competem neste mundo cada vez mais globalizado. A construção do espaço europeu de conhecimento tinha como objectivo fundamental a concretização dos seguintes princípios: (1) O reconhecimento mútuo de formações pelos países assinantes do tratado, (2) um reforço dos programas de mobilidade, (3) com necessidade evidente do estabelecimento de um clima de confiança entre países, (4) com critérios de certificação de qualidade mútuos e comuns (5) e partindo de parâmetros idênticos, (6) assim como uma harmonização dos perfis de formação e planos

curriculares, (7) estabelecendo planos de formação ao longo da vida (*life long learning*).

Um aspecto em particular apresentou-se desde logo como o mais pertinente e fundamental:

- ▶ A alteração da forma de ensinar e de dotar os estudantes de competências, alterando o processo de formação de um tradicional ensino baseado na transmissão de conhecimento, passando antes a medir-se o seu sucesso pelo conhecimento e competências adquiridas pelos estudantes, num processo onde o objectivo do conhecimento seria o estudante, como centro do modelo de **ensino-aprendizagem**.

Tal alteração seria o mais profundo exercício de modernidade e progresso no Ensino Superior. O Processo de Bolonha deveria então ser a oportunidade que todos esperavam, valendo pelos princípios que enuncia, sobrepondo-se assim a todas as dúvidas que o mesmo suscita, nomeadamente, o de corresponder apenas a uma "agenda oculta" com evidentes preocupações económicas, subvertendo o conhecimento e a liberdade académica e científica a tais lógicas financeiras. Em Portugal, o Governo Socialista optou claramente por um modelo "centralizador" de gestão do Ensino Superior, nós defendemos um **modelo claramente "autónomo" de gestão do Ensino Superior**. A JSD deve defender que todas as instituições de Ensino Superior possam ter a possibilidade e oportunidade de se desenvolverem e não deve ser o Governo a apostar numas, por desígnio próprio, e ignorar as outras. A JSD tem de defender, com toda a intransigência, uma maior representação dos estudantes nos órgãos de gestão das instituições, pois tem-se provado até hoje que foram muitas vezes uma mais valia. Este Governo quis eliminar a tradição democrática nas escolas, a responsabilização dos estudantes na vida das suas instituições e a autonomia própria que cada Universidade e Instituto pretende, em seguindo o seu próprio rumo.

O que pretendemos ver alterado para concretizar o que defendemos?

Uma eficaz alteração do paradigma de formação

Defendemos cinco vectores de acção fundamentais para o sucesso de uma eficaz alteração do paradigma de formação:

1. Uma profunda e efectiva alteração na estrutura pedagógica e no processo formativo do ensino superior;
2. O estabelecimento de garantias de qualidade e confiança;
3. O reconhecimento da importância do conhecimento e da partilha do mesmo, com particular relevância para a mobilidade e o estabelecimento de redes de contacto;
4. A integração profissional e segurança laboral dos jovens, estabelecendo como prioridade as expectativas de cada diplomado
5. A qualidade de vida dos jovens.

Julgamos ser necessário um refundar das relações entre os centros políticos de decisão e os jovens, reconhecendo a legitimidade do concretizar e superar expectativas que estes detêm a cada momento.

Uma profunda e efectiva alteração na estrutura pedagógica e no processo formativo do Ensino Superior

- Admitamos a criação de um gabinete com a competência de acompanhar os perfis de formação dos estudantes, cuja responsabilidade deveria ser transversal à gestão de equipamentos e infra-estruturas, da distribuição de serviço docente e de recursos humanos, de formação pedagógica de docentes, de acompanhamento psico-pedagógico e de carreiras de estudantes, assim como de integração e formação de estudantes em ambiente empresarial! Um gabinete do qual fariam parte docentes e técnicos com formação nesta área, orientando percursos de estudantes e atribuindo a grupos de estudantes um orientador de curso, - à imagem do que é feito em níveis de formação avançada, como é o caso de orientadores de teses de investigação - , desenvolvendo o conceito do professor tutor, reorganizando o processo formativo de cada estudante, monitorizando-o a cada momento! Este poderia ser um contributo inestimável para acabar com o distanciamento dos estudantes das Instituições e aumentando exponencialmente a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior face à sua missão e ao grau de comprometimento nos percursos de cada estudante. A autonomia científica estaria assim salvaguardada pela necessária relação com os conselhos científicos de cada instituição na medida em que estariam professores do topo de carreira a relacionar os conteúdos científicos de cada curso com estes gabinetes, da mesma forma que todas as ferramentas de monitorização e acompanhamento de carreiras seriam disponibilizadas de forma transparente aos conselhos pedagógicos para análise, avaliação e possibilidade de propostas de melhoria contínua no processo formativo dos estudantes.

Verifica-se a necessidade de repensar o modelo de acompanhamento dos estudantes, para que tenham, na Universidade ou Instituto Politécnico, o parceiro certo.

Não faz sentido que os meios actualmente existentes continuem a trabalhar de forma descoordenada ou desligada. Este gabinete será muito relevante para:

- ▶ Progredir no conceito do orientador de conhecimento e formação no percurso académico do estudante;
- ▶ Investir na figura do professor tutor;
- ▶ Criar pontes com o tecido empresarial e as empresas, de forma a reconhecer competências adquiridas em ambiente de trabalho simulado, interligando de forma profunda a formação ministrada nas salas de aula com o trabalho a desempenhar no mundo laboral;
- ▶ Desenvolver plataformas de e-learning e b-learning;
- ▶ Insistir no ensino através da investigação em ambiente de laboratório, lado a lado com os investigadores de cada laboratório, desde o primeiro ano de formação;
- ▶ Valorizar as competências adquiridas em programas de mobilidade, interna e externa.

Para atingir estes objectivos todas as partes devem ser integrantes do mesmo projecto - o de formar jovens e cidadãos, dotando-os de competências tendo em conta os postulados da Declaração de Bolonha.

O Estatuto da Carreira Docente no Ensino Superior

- A reforma introduzida pelo actual Governo Socialista, com profundas alterações na gestão e organização das Instituições de Ensino Superior, o RJIES - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior - , procura introduzir conceitos inovadores e reformistas na estrutura das instituições, retirando os jovens

estudantes de muitos dos órgãos de gestão onde, ao longo do tempo, provaram ser merecedores do seu lugar, muito pouco fez traduzir tal alteração numa mais valia efectiva no dia-a-dia dos estudantes.

A Reforma de Bolonha não pode ficar por aqui. Será por tudo isto necessário uma nova e diferente forma de olhar o exercício profissional do docente no Ensino Superior, o que desde logo se confronta com a condição de docente e investigador. O equilíbrio na condição de professor e investigador no Ensino Superior é por demais complexa, sendo certo e fundamental uma sólida formação de carácter científico dos professores do Ensino Superior.

É por isso necessária e fundamental uma alteração do Estatuto da Carreira Docente, tanto no subsistema politécnico como universitário, que compreenda as orientações em determinado momento da actividade de cada um dos responsáveis pela produção e transmissão de conhecimento.

Se um enfoque especial for dado à actividade docente neste contexto, esta deveria ser responsabilizada pelo grau de competência da sua actividade, pelo que a sua avaliação, feita por estudantes, outros docentes, e conselhos pedagógicos, assim como por outras entidades, admitindo mesmo avaliações externas, deveriam ter resultados claros e directos no exercício da sua actividade profissional e no cumprimento da missão que lhe é destinada – fazer com que os estudantes adquiram conhecimento, disponibilizando-se para os orientar na busca pelo mesmo.

Assim, a formação e avaliação pedagógica de docentes deveria ser uma realidade muito mais efectiva do que aquela que hoje de facto assume, com consequências positivas e penalizadoras na conduta de cada um e nos resultados que este obtém.

Por isso, defendemos uma profunda alteração do Estatuto da Carreira Docente do ensino superior, com novos critérios de avaliação pedagógica com efectivas consequências na progressão da carreira, procurando responsabilizar os docentes pelo mérito do seu exercício, considerando o grau de compromisso destes para com os estudantes, o empenho, dedicação e o sucesso das formações por estes ministradas aos estudantes.

O estabelecimento de garantias de qualidade e de confiança

– A qualidade e a confiança só poderão ser atingidas e concretizadas com a avaliação e a publicação dos resultados da Carreira Docente, num processo não de “caça às bruxas”, mas antes num clima de melhoria contínua com responsabilização consequente e eficaz na evolução e no progresso das Instituições de Ensino Superior.

Daqui nasce a necessidade urgente da entrada em funções da **Agência de Avaliação e Acreditação para a Garantia da Qualidade do Ensino Superior (AAAGQES)**, procurando estabelecer critérios de qualidade, consequência de avaliações externas, realizadas por peritos, com consequência para as Instituições que não respondam eficazmente aos desafios que a estas se colocam, e sobremaneira ao País.

A par de tal estrutura, revela-se cada vez mais necessário a criação de uma entidade que possa acompanhar o poder político no fornecimento da informação a este indispensável para a tomada de decisão, sendo autora da definição de um quadro de necessidades formativas para o País, optimizando os recursos e regulando as formações ministradas.

Tal estrutura teria como missão procurar contrariar a anarquia que em muitas áreas do conhecimento está presente no que às formações ministradas pelas Instituições de Ensino Superior do País diz respeito, sendo que reside aqui

também um dos factores para o desemprego de diplomados do País, sendo evidente o desperdício de financiamentos públicos, de capital humano e o mais importante, um defraudar de expectativas de estudantes e das suas famílias, considerando o investimento e o sacrifício pessoal e financeiro que estes empenharam para concretizarem uma formação que mais tarde de muito pouco lhes valerá!

O reconhecimento da importância do conhecimento e da partilha do mesmo, com particular relevância para a mobilidade e o estabelecimento de redes de contacto

– O conhecimento científico tem hoje sede em lugar algum, sendo propriedade do mundo, valendo pela autoria e pelo acesso que cada entidade consegue a ele chegar, sendo a mobilidade uma das ferramentas mais valorizadas neste sentido, criando sinergias entre os autores e actores do desenvolvimento científico através de redes de contacto, que muito devem a estes programas de mobilidade, em particular, o Programa ERASMUS.

O Programa ERASMUS vale hoje não só pela mais valia das formações académicas ministradas por países assinantes da Declaração de Bolonha, como pelo desenvolvimento pessoal de cada estudante, docente ou investigador que nele participa.

Sendo hoje a mobilidade uma aposta a vencer, a quem todos reconhecem inegáveis méritos, criadora de mais valias que, em coerência com a Estratégia de Lisboa, permitam à Europa tornar-se a “economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo”, devemos procurar instituir as ferramentas necessárias a um fortalecimento significativo da mobilidade nacional, europeia e internacional procurando atrair e fixar recursos humanos altamente qualificados. Para que a mobilidade seja de facto uma aposta dos países assinantes do Processo de Bolonha defendemos os seguintes princípios:

- ▶ O Programa ERASMUS deverá considerar um aumento dos apoios financeiros concedidos, considerando o nível médio do custo de vida nos países de acolhimento;
- ▶ A instituição de incentivos fiscais para reconhecer como despesas de educação, dedutíveis em sede de IRS, as despesas relacionadas com a **Mobilidade Estudantil**;
- ▶ O aumento de compromisso das Instituições de Ensino Superior de Acolhimento para com o Estudante, no apoio ao alojamento e na rede de transportes locais;
- ▶ A criação de uma linha azul de contacto urgente para estudantes em programas de mobilidade nas unidades diplomáticas.
- ▶ A valorização da experiência em programas de mobilidade no Suplemento ao Diploma.

A integração profissional e segurança laboral dos jovens, estabelecendo como prioridade as expectativas de cada diplomado

– A integração dos estudantes no mercado de trabalho, a relação das empresas com o Ensino Superior, a mais valia de apostar em quadros com formação superior numa empresa – em que esta veja tal contratação como um investimento e não como uma despesa – não se consegue apenas introduzindo grandes empresários na gestão das Universidades e Institutos Politécnicos.

Consegue-se, sim, se estes perceberem desde logo, dentro das suas empresas e na realidade do dia-a-dia a mais valia de ter alguém com competências, adquiridas ou apuradas, pelo Ensino Superior, correspondendo às suas necessidades, sendo mais valias lucrativas de progresso e desenvolvimento no seio de cada organização. Contudo, a precariedade laboral contamina hoje o mercado. Os jovens vivem hoje com uma expectativa verde do seu futuro. Não verde pela esperança num futuro melhor, pois essa tende a esmorecer, mas antes pela cor dos recibos que legalizam uma qualquer relação laboral! Vivemos ensurdecidos por um grito abafado de tantos e tantos jovens que não conseguem encontrar um qualquer vínculo que lhes garanta segurança e estabilidade nas suas vidas! Assim, temos necessidade de actuar em duas frentes:

- ▶ A contratação de diplomados pelo tecido empresarial e pelas organizações dependerá em larga escala da percepção da mais valia que a entrada destes faz corresponder no sucesso destas entidades. Deve por isto estabelecer-se, na quase totalidade dos cursos, um regime de formação que, com criatividade e confiança, aproxime os estudantes destas entidades. Este regime irá garantir um aumento significativo da formação profissional e intelectual com resultados consequentes no conhecimento e produtividade das empresas, reconhecendo-se desde cedo a mais valia da aposta na formação;
- ▶ Devem ser criados incentivos fiscais para as empresas que apostem em relações laborais seguras e de longo prazo com os diplomados. Para tal, deverá ser criado um regime de substituição do "acto único isolado", mais flexível e moderno, que permita considerar todos os *part-times* desenvolvidos pelos estudantes ao longo do seu percurso académico, como um trabalho temporário, que garanta assim a não perda dos direitos consagrados para jovens à procura do primeiro emprego, ao mesmo tempo que legaliza todo um conjunto de relações laborais que no presente se desenvolvem na clandestinidade. Tal medida contribuiria não só para a autonomia dos jovens, como regularia um conjunto de relações laborais que actualmente se desenvolvem a margem da lei.

A qualidade de vida dos Jovens – A qualidade de vida é cada vez mais uma exigência dos tempos modernos, pelo que a relação entre o ensino superior e a valorização de estruturas que complementem a qualidade dos jovens e dos estudantes revelam-se necessárias.

A par destas exigências formais, o apoio no sucesso académico e no acompanhamento de um percurso digno dos estudantes pelo Ensino Superior revela-se fundamental, pelo que as medidas de apoio social ganham cada vez mais uma relevância que não podemos desvalorizar.

Não só se revela necessário um repensar do modelo de atribuição de bolsas de acção social, que não continue apenas a garantir que nenhum estudante deixa de evoluir na sua formação académica por incapacidades económicas, como também devemos exigir um modelo socialmente mais justo, mais eficaz na relação de apoio entre o Estado e os Estudantes, que pela tecnicidade e complexidade que envolve não poderá ser refém de artigos de opinião pareceres despromovidos de conhecimento e conteúdo.

A JSD defende por isso que seja repensado o actual modelo de atribuição de bolsas de acção social, decorrente de uma lei de 1997, anterior à lei de financiamento das Instituições de Ensino Superior Públicas, Lei 37/2005, garantindo sempre que os estudantes carenciados continuarão a ser apoiados

pelo Estado, mas que deverá considerar uma optimização no desenho legal que no presente diploma considera a atribuição de bolsas.

Qualidade de Vida

«*My one regret in life is that I am not someone else.*»

Woody Allen

Ambiente e Alterações Climáticas

Relativamente ao Ambiente, Portugal ainda tem problemas estruturais relativamente aos quais a JSD deverá contribuir para a sua resolução:

- ▶ Redução das emissões de gases que são a causa directa dos conhecidos "efeitos estufa", não esquecendo que Portugal está aquém de cumprir com o Protocolo de Quioto, sendo o aquecimento da Terra um dos problemas mais graves que afectam a nossa geração. Deverá ser mais desenvolvido o princípio de poluidor pagador a montante e a jusante do processo poluente: através da criação de incentivos fiscais – dignos do nome – para as empresas e agentes económicos cumpridores, e o agravamento das contra-ordenações e de outras sanções que incidam economicamente, ou incidentes sobre o mercado em relação aos incumpridores;
- ▶ Conforme já foi referido, ainda temos uma grande dependência de energias não renováveis, em especial do petróleo;
- ▶ "Renove, Separe, Recicle", em Portugal a divisão de lixo entre biodegradável, papel e embalagens ainda é feita numa percentagem diminuta nos domicílios, continuando o lixo a ser tratado de forma igual, faltando assim as estruturas de recolha generalizada para os diferentes tipos de lixo e a consciencialização da população para o efeito;
- ▶ Ainda não foram atingidas as metas do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais;
- ▶ Continuamos a assistir a descargas poluentes nos rios e seus afluentes sem que sejam apuradas as responsabilidades, e aplicadas as respectivas coimas;
- ▶ Na área da floresta deve ser defendida: a prevenção aos incêndios através da limpeza das matas, a criação de faixas de terreno de terra lavrada que cortem as densidades florestais (usualmente chamadas vias de corta-fogos), bem como a reflorestação de todas as áreas aridas em Portugal. Não podemos continuar todos os anos a assistir a catástrofes naturais no nosso país, motivo de espanto e de admiração de toda a imprensa europeia;
- ▶ Maior utilização dos transportes públicos, como alternativa ao uso excessivo do veículo privado. Parece-nos determinante que se proceda à renovação das frotas de empresas públicas ou municipais, tais como a Carris ou os STCP, substituindo os actuais veículos a diesel por veículos movidos a gás natural;

- ▶ Consideramos ainda essencial a criação de um Programa Nacional de Despoluição e intervenção nos nossos recursos fluviais e hídricos, promovendo o aproveitamento de albufeiras, lagos, lagoas e praias fluviais através da criação de *eco-resorts*, concessionados a entidades privadas que contribuirão nos custos do programa;
- ▶ Desenvolvimento de um programa governamental de utilização racional de energia e procedimentos de poupança, não só ao nível empresarial e industrial como ao nível dos domicílios particulares e da energia *versus* Ordenamento do Território.

Energia

Depois das recentes subidas do Petróleo apercebemo-nos como a nossa economia é tão vulnerável a este bem essencial. A dependência da economia portuguesa é mesmo alarmante. Também sabemos que é inquestionável a dificuldade crescente de Portugal assegurar os compromissos assumidos com Bruxelas em matéria de produção de electricidade a partir de fontes renováveis. Instabilidades no panorama macroeconómico, quer sejam devidas a conjunturas internacionais ou a conflitos localizados em zonas produtoras de energias fósseis, provocam a volatilidade do mercado energético português e a sua fragilidade. Portugal pode desejar ser melhor, Portugal tem de aspirar a ser melhor, independente, autónomo.

Mas como libertar a nação destas amarras? Como garantir que a nossa economia e as nossas vidas, os nossos futuros não são penhor de uma conjunção de situações que nos escapam?

Podemos fazer mais, e múltiplos são os vectores de actuação:

Poupar, Diversificar, Valorizar

Porquê pagar mais quando podemos fazer o mesmo com menos recursos? Porquê desperdiçar quando podemos otimizar os nossos gastos energéticos? Está nas nossas mãos a Utilização Racional da Energia. A URE é o caminho para a melhor eficiência energética nacional. É o optar pelas lâmpadas de alto rendimento, é o não utilizar o ar condicionado ou o aquecimento desmesuradamente, é a escolha de electrodomésticos com características eficientes. São escolhas que dependem apenas de nós, e que podemos tomar todos os dias.

“Não levar todos os ovos no mesmo cesto”, reza o ditado popular. Porquê depender de petróleo, gás natural ou carvão? Portugal é um dos países da Europa com maior incidência solar, temos excelentes condições de ventos, uma extensa costa Atlântica. Aqui estão os nossos desafios: Energia Eólica, Energia Solar Fotovoltaica, Energia das Ondas e das Marés.

Maximizar os nossos potenciais hídricos construindo as barragens que a nossa hidrografia permite, criar sinergias em Parques Industriais, onde podemos promover a cogeração; a utilização de aquecimento de águas para fins higiénicos e hospitalares; a queima dos excedentários de biomassa das nossas florestas, promoção da autonomia energética de cada pólo habitacional, etc...

Valorizar, aumentando a nossa produtividade, investindo em Investigação & Desenvolvimento nas nossas indústrias, garantindo que o Estado da Arte se encontra em solo pátrio, recompensando os nossos licenciados, de modo a que “ir para fora” não seja a frase na boca de muitos dos nossos melhores recém-licenciados, isto é cumprir a Estratégia de Lisboa, isto é cumprir Portugal.

Assentes nestes três vectores, temos nas nossas mãos o poder de transformar Portugal no país que nós queremos, de dizer finalmente: “agora nós”, defendendo uma **Utilização Racional de Energia**, como método de aumento de eficiência energética:

- ▶ Aposta em I&D (estratégia de Lisboa);
- ▶ Veículos eléctricos, transformação do parque automóvel nacional para reduzir dependência do petróleo ao nível dos transportes (relembrar a greve);
- ▶ Divulgação mais atractiva do uso de lâmpadas de baixo consumo, que já oferece um vasto leque de opções eficientes do ponto de vista energético para quem queira renovar a iluminação em casa;
- ▶ Cumprimento de promoção da utilização de biocombustíveis – Directiva 2003/30/CE. A directiva aponta como meta para colocação de biocombustíveis no mercado de cada Estado membro, calculada com base no teor energético, o valor de referência de 2% de toda a gasolina e de todo o gasóleo utilizados para efeitos de transporte, colocados no mercado em 2005, e o valor de referência de 5,75%, em 2010;
- ▶ O aproveitamento da biomassa florestal para fins energéticos é encarado não só como um instrumento de luta contra incêndios e contra a redução de GEE, como é um factor positivo para oportunidades de negócio em diversas fileiras, para o desenvolvimento económico e criação de emprego em zonas rurais, para a redução da dependência energética;
- ▶ A digestão anaeróbia (DA) ocorre naturalmente em locais com elevadas concentrações em matéria orgânica e na ausência de oxigénio, por exemplo em pântanos. Ao nível do tratamento de efluentes orgânicos (sólidos ou líquidos) o processo desenvolve-se em reactores fechados (na ausência de oxigénio) onde são controlados diferentes factores físicos e químicos (ex.: temperatura e pH), no sentido de favorecer o desenvolvimento dos microrganismos envolvidos no processo. Actualmente, é possível fazer a seguinte listagem de aplicações: Tratamento de resíduos urbanos biodegradáveis: provenientes da recolha selectiva (cantinas, restaurantes, etc.) ou da recolha indiferenciada (caixote do lixo); Tratamento de efluentes agrícolas: suiniculturas, vacarias, etc.; Tratamento de efluentes agro-industriais: indústria alimentar, matadouros, lacticínios; Tratamento de efluentes urbanos: esgoto doméstico;
- ▶ Produção de energia eléctrica e térmica: a instalação de unidades de DA para o tratamento de efluentes agrícolas e agro-industriais está ligada, muitas vezes, a motivações/necessidades económicas e energéticas das empresas, que utilizam essa energia no seu processo produtivo;
- ▶ A iluminação pública representa muitas vezes metade da factura de electricidade das autarquias. No nosso entender deveria ser obrigatório o

- ▶ desenvolvimento de planos de eficiência energética da iluminação pública e sua aplicação a 3 anos;
- ▶ Medidas de Remodelação: calor verde – instalação de recuperadores de calor alimentados a biomassa, micro-cogeração ou bombas de calor;
- ▶ Desincentivo à aquisição de novos equipamentos considerados energeticamente ineficientes;
- ▶ Renovação de equipamento de escritório: regime de amortizações aceleradas para equipamentos eficientes, como incentivo à substituição de equipamentos de escritório, *desktops* por *laptops*, monitores tradicionais por LCD ou sistemas multifunções;
- ▶ Eficiência nos Edifícios Residenciais: alinhamento progressivo da fiscalidade com a classe de eficiência energética dos edifícios – em sede de IRS, bonificação em 10% dos benefícios associados ao crédito habitação em sede de IRS para edifícios;
- ▶ Programa de incentivos para instalação de novo solar térmico. Obrigatoriedade de instalação de solar térmico nos novos edifícios. Programas orientados a segmentos específicos (Escolas, Equipamento Desportivo, Piscinas);
- ▶ Programa para a energia competitiva na indústria.

Cidades da Inovação e Criatividade

Hoje quase 60% da população portuguesa reside em áreas urbanas pelo que deveremos ter um pacote de políticas específicas para as cidades, para que estas sejam comunidades bem planeadas, onde exista coesão social, qualidade de vida, inovação e competitividade. Queremos cidades da inovação e criatividade;

Rede social – Inovação

As cidades têm uma densidade populacional que muitas vezes dificulta a conectividade e interacção intencional e não-intencional das pessoas, e a inovação tecnológica pode incrementar novas redes sociais, muito importantes para o sentimento de comunidade.

Cidade de infra-estruturas ajuda a despoletar a Inovação

Uma cidade moderna e de sucesso tem um sistema forte e eficiente de infra-estruturas: sistema de transportes, conectividade na internet, instituições educativas e escritórios de grandes multinacionais. Com estas estruturas as cidades ficam preparadas para interagir nos fluxos globais do conhecimento e de recursos humanos altamente qualificados.

Empregos atraem pessoas altamente qualificadas para as cidades

A oferta de empregos para pessoas muito qualificadas, é um dos factores mais importantes para atrair recursos humanos bem preparados para uma comunidade. Mas as pessoas altamente qualificadas não se deslocam para um local só por causa das condições que lhes oferecem em termos de emprego, mas também pelas condições que a cidade lhes dá ou as possibilidades de progressão na carreira do próprio mercado.

Força de trabalho bem qualificada atrai mais negócios e riqueza

Uma consistente oferta de empregos para uma força de trabalho muito qualificada, é um elemento crucial para atrair e manter um elevado nível de negócio nas cidades.

Num todo pode-se criar um ciclo virtuoso, combatendo a estagnação económica e o declínio das virtudes de uma cidade.

Como podemos entrar neste ciclo virtuoso?

A inovação é hoje entendida como um processo interactivo e multi-direccional que envolve múltiplos actores. Em sentido figurado podemos dizer que será mais um satélite a um canal de fluxos – visão tradicional. Todas as instituições, associações ou grupos numa cidade devem estar incluídos numa estratégia de inovação global.

As cidades que acolhem instituições educacionais de topo (IET) têm uma vantagem como fonte de produção de conhecimento. Criam força de trabalho capaz de despoletar conhecimento, negócio e riqueza.

Sistema de transportes eficiente facilita a mobilidade de pessoas e bens, e assegura corte de distâncias entre os centros das cidades e as comunidades suburbanas.

Criar ambiente criativo e alto nível de qualidade de vida – a presença de uma “classe criativa”, como cientistas, artistas, músicos, criativos, é atraída para cidades caracterizadas pela boémia, diversidade cultural, tecnologia e talento. O conceito de “qualidade vida” diverge de pessoa para pessoa sobretudo entre os que trabalham no aprofundamento do “conhecimento” intensivo, e os que trabalham em trabalhos elementares ou de fraca complexidade intelectual.

- ▶ A Segurança;
- ▶ A Recuperação e qualificação ambiental de áreas abandonadas ou um pouco mais periféricas;
- ▶ A Penalização e prevenção de comportamentos de vandalismo como os graffitis;
- ▶ A Requalificação e inserção urbana de bairros críticos.
- ▶ Apoio ao agregado familiar;

São medidas avulso que poderão criar ambiente para uma cidade da inovação e criatividade. A descentralização de competências para as cidades e municípios é fundamental.

Uma estratégia de inovação requer uma interpretação local de todo o potencial de uma comunidade urbana, que será sempre de difícil avaliação a nível nacional/governamental.

Mobilidade – Transportes

Custos e Preços de Utilização

Os altos índices de uso de veículo próprio resultam em parte de um preço abaixo do real. O custo de uma deslocação não acarreta problemas como: congestão, poluição, degradação do bem-estar de uma comunidade ...

De acordo com a visão convencional que tem imperado nos últimos tempos, a congestão e o tráfego combatem-se com aumento da capacidade das vias rodoviárias (constroem-se mais pontes, túneis, faixas de rodagem adicionais) aumentando assim a total dependência da deslocação automóvel. Não há uma única solução para o problema actual: aumentar os preços de deslocação

automóvel, reflectindo o custo marginal, é metade da solução para este problema. Há sociedades em que, se fossemos abruptamente romper com a relação de um cidadão com o seu automóvel, o custo de eficiência poderia diminuir – por exemplo a sociedade americana que há décadas que tem uma “super dependência” com o automóvel.

A Eficiência Económica, Equidade, e Desenvolvimento de longo prazo serão optimizados se os preços incorporarem os custos totais. O Aumento dos preços a longo prazo reduz a necessidade de subsídios para o trânsito e outros programas especiais, devido a economias de escala. Num curto prazo alguns subsídios deverão ser alocados para combater todos estes anos de falta de investimento.

Recomendações de política de preços

No ideal os condutores de veículos deverão pagar diversos custos que na sua soma serão iguais aos custos marginais, por exemplo:

- ▶ Aumento dos impostos de combustíveis;
- ▶ Custo de congestão pode provocar eficiência no tráfego;
- ▶ Custos de seguros, registo, licenciamento, e imposto automóvel proporcionais à quilometragem atingida;
- ▶ Custos de estacionamento deverão ser cobrados diariamente em vez de mensalmente;
- ▶ Os preços devem encorajar a compra de veículos de baixas emissões de carbono e de eficiente consumo.

Equidade

A equidade na política de transportes é uma matéria multi-dimensional. Muitas das estratégias para desenvolver um sistema de transportes mais eficiente contribuem para a equidade, mas algumas estratégias entram em conflito com alguns dos objectivos da equidade. Apresentamos medidas para promover equidade na transportação:

- ▶ Um nível básico de transporte deverá ser definido por cada comunidade, por exemplo: transporte escolar, etc. ;
- ▶ O preço do utilizador de transporte deverá ser predicável e gradual para permitir a cada indivíduo ajustar o seu modelo de viagem (casa e local de emprego, etc);
- ▶ Variabilidade de possibilidades não-automóveis deverão ser considerados para um aumento da mobilidade nomeadamente, uso de bicicleta, deslocação a pé, etc. ;
- ▶ Deverão ser antecipados custos associados à diminuição da dependência automóvel, assim como desemprego da indústria automóvel, etc ;

Conclui-se que actualmente na definição de políticas de transportes deveremos entender que:

- ▶ Só estamos a considerar actual a congestão do tráfego e a qualidade do ar, todas as outras situações são ignoradas;
- ▶ Custos Externos são ignorados, nomeadamente: ambiente, procura de estacionamento, oferta de serviços públicos, aumento do uso de veículos a motor, etc. ;

- ▶ As decisões sobre transportes têm fortes impactos na vida das comunidades, o planeamento de transportes é considerado um assunto político e técnico excluindo a crítica e envolvimento da opinião pública;
- ▶ O ordenamento de território deverá estar intimamente ligado a uma política de transportes;
- ▶ O aumento da capacidade das vias rodoviárias aumenta a total dependência da deslocação automóvel.

Sobre a Segurança & Defesa

Conceito Estratégico Nacional – Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003:
“A nossa geografia de segurança e defesa é atlântica e europeia. A nossa geografia de identidade passa, decisivamente, pelo relacionamento com os países que falam português. O lugar de Portugal no mundo é tudo isto; seria redutor, e não convém ao interesse nacional, esquecer qualquer destas dimensões.”

Ao adoptar este novo Conceito Estratégico Nacional, sob a égide do então Primeiro Ministro, Dr. Durão Barroso, Portugal reinventou o papel das Forças Armadas no quadro dos interesses portugueses no plano internacional, e transformou-as num instrumento importante de política externa, perfeitamente alinhado com o objectivo de afirmar Portugal como produtor de segurança internacional.

No que diz respeito ao contributo das Forças Armadas portuguesas, este manifesta-se pela alta performance e elevado grau de preparação que têm demonstrado no desempenho de missões internacionais. Estas missões são hoje, essencialmente, missões de manutenção de paz que, para além do seu carácter inerente à defesa nacional, desempenham um papel fundamental no cumprimento dos nossos compromissos internacionais, tornando-as, assim, um instrumento decisivo da nossa política externa.

É essencial para a continuidade desta estratégia de política externa que Portugal continue a investir e a capacitar-se no âmbito da segurança e defesa por forma a manter-se como parceiro credível. Em particular para o exercício da segurança na sua área de responsabilidade estratégica e dos compromissos assumidos, utilizando critérios de capacidades em acordo com os nossos interesses, vocação e possibilidades.

“The challenge of social justice is to evoke a sense of community that we need to make our nation a better place, just as we make it a safer place.” - Marian Wright Edelman

A sociedade portuguesa tem assistido, actualmente, à maior onda de criminalidade dos últimos dez anos. O ambiente que hoje é sentido na sociedade portuguesa surge na sequência de uma série de erros graves, cometidos pelo Governo Socialista e também por uma série de insuficiências gritantes evidenciadas pelas instituições de justiça e segurança, mas que a falta de vontade política e as amplas resistências corporativistas nunca permitiram resolver.

De forma a combater a insuficiência do actual sistema de justiça, torna-se necessário reestruturar a legislação penal e a acção dos tribunais, com uma verdadeira e efectiva execução das penas e uma menor desculpabilidade na decisão da suspensão das penas.

No que respeita às forças de segurança, acreditamos que é fundamental avançar para a fusão da PSP, PJ e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), simplificando as estruturas de comando, libertando recursos humanos para o combate à criminalidade, eliminando os atropelos nas áreas de actuação de cada força, e criar um sistema de informação comum a todas as forças de segurança para acabar com as falhas de comunicação na investigação criminal em Portugal. O esforço que o Estado, e o PSD enquanto partido de poder, têm de fazer, vai no sentido de recuperar a esperança e credibilidade dos actores da segurança e justiça junto dos portugueses. Cabe à JSD colocar estes temas estruturantes na agenda política do país, com a irreverência que nos caracteriza e com o sentido de responsabilidade de quem tem por missão defender os interesses da Juventude Portuguesa!

Desporto e Lazer

Com a alteração dos estilos de vida da população, nomeadamente com a passagem para uma vida mais sedentária e em que o *stress* é palavra de ordem, o desporto assume-se como um factor de grande importância para as sociedades do futuro.

É num contexto de uma sociedade em que as taxas de sedentarismo rondam os 73%, a obesidade afecta 6 em cada 10 portugueses, custando ao Estado cerca de 350 milhões de euros/ano, que terão de ser tomadas medidas transversais a médio/longo prazo, no sentido de gerar novos hábitos desportivos e preconizar a literacia motora. Só através de uma prática concertada entre Município, Juntas de Freguesia, Escolas, Centro de Saúde, Associações/Clubes será possível gerar uma rede de intervenção no sentido de não permitir o abandono das práticas desportivas com a idade, o fomento de novas práticas desportivas com grande incidência nas actividades ao ar livre e com base nos recursos existentes em cada região (permitindo desta forma associar o desporto ao lazer, à cultura, ao património, ao ambiente), a adaptação da oferta desportiva às necessidades dos indivíduos, indo ao encontro dos seus imaginários e dos seus problemas, e a melhoria da formação dos agentes desportivos, nomeadamente ao nível dos escalões de formação.

À autarquia caberá o papel de coordenação de todo este processo criando planos estruturais e aglutinadores de todos os órgãos desportivos. Deverá materializar estas intenções através da criação de sistemas de incentivo e promoção junto das juntas de freguesia, escolas, clubes e associações.

Os planos estruturais deverão ser gerados através de um diagnóstico à realidade existente e deverão ter em conta: infra-estruturas disponíveis face aos potenciais utilizadores, e seu estado de conservação; tipo de serviços desportivos existentes; tecido associativo e capacidade de adaptação face às novas necessidades; oferta desportiva privada; necessidades e patologias prevalentes na região; causas desta realidade.

De uma forma geral o que defendemos será a criação de uma estrutura que permita um investimento nas actividades desportivas predominantemente de Desporto Saúde/Lazer, que permitam um crescimento sustentável a médio prazo, no sentido de minimizar os riscos de saúde da população e maximizar a prática desportiva consciente. Este processo deverá ser ainda gerador de sinergias inter-municipais no sentido de todos os que estão envolvidos na melhoria da saúde pública possam trabalhar em conjunto para uma agenda comum, reforçando os seus planos e contribuindo desta forma para a melhoria das condições de vida das populações.

Comportamentos de risco

Toxicod dependência e Alcoolismo

Em Portugal, o número de problemas e incidentes directamente ou indirectamente, relacionados com o alcoolismo e com a toxicod dependência tem vindo a aumentar de forma gradual, atingindo actualmente níveis preocupantes, nomeadamente entre a população mais jovem.

Torna-se então necessário promover medidas de combate a estes problemas.

Na área do alcoolismo, muito já está a ser feito, mas sem os resultados que seriam desejáveis. Para além da proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores de 16 anos e da constante vigilância das estradas à procura de infractores, é preciso ir mais longe e começar a apostar claramente na prevenção.

- ▶ Informação e Formação desde o 1º Ciclo do Ensino Básico como forma de sensibilizar os mais novos para o problema;
- ▶ Campanhas nos media com imagens e testemunhos chocantes, como forma de sensibilizar a população em geral;
- ▶ Fiscalizar de forma regular os estabelecimentos comerciais que vendem bebidas alcoólicas;
- ▶ Proibição de publicidade em televisão a bebidas alcoólicas à semelhança do tabaco.

A droga é hoje mais do que um problema de saúde pública decorrente do consumo, um problema de insegurança generalizado. Afecta a saúde de quem consome, mas produz igualmente efeitos terríveis na segurança de toda a população. As políticas tradicionais de combate à toxicod dependência atingiram a ruptura.

É necessária uma nova abordagem aos problemas da droga. Com sensatez, mas com coragem. Com responsabilidade mas com desassombro. É fundamental apostar na prevenção primária, mas sem moralismos. Prevenir não significa afirmar que os consumidores de estupefacientes são criminosos. É determinante que se aposte numa prevenção sem paternalismos e moralismos. Que estude a fundo e seriamente todas as drogas e os seus efeitos. Que de forma racional desincentive o consumo.

Devemos discutir sem preconceitos a legalização do consumo de drogas leves. Mas só faz sentido fazê-lo se tal discussão ocorrer em simultâneo no plano internacional porque, de outra forma, qualquer país constituir-se-ia unilateralmente como um gueto da toxicod dependência.

Para além disto, é igualmente importante, pensar nas estratégias a definir na reabilitação e integração na vida social e profissional de ex-toxicod dependentes, que tendo conseguido libertar-se do problema, enfrentam diariamente o desprezo, a desconfiança e a suspeita da sociedade. Não o fazendo, ou ignorando esta situação, corremos o risco de que estas pessoas, que não perspectivem um futuro, voltem novamente à situação anterior.

Obesidade

O excesso de peso, a obesidade e as doenças associadas à dieta estão a tornar-se uma epidemia crescente e figuram entre as principais causas de mortalidade e morbilidade na Europa.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 50% da população adulta europeia sofre de excesso de peso ou obesidade. A OMS estima que em 2010 a população obesa atinja 165 milhões na Europa, entre adultos e crianças.

Na Europa, mais de 5 milhões de crianças sofrem de obesidade e quase 22 milhões de excesso de peso. Até 2010, prevê-se que mais 1,3 milhões de crianças passem a ter excesso de peso ou se tornem obesas.

Segundo a Sociedade Portuguesa para o Estudo da Obesidade, mais de 1/3 da população tem excesso de peso e 14,5% é obesa.

Calcula-se que as doenças relacionadas com a obesidade e o excesso de peso representam 6% das despesas governamentais em matéria de saúde nalguns países europeus. Os custos indirectos decorrentes destas doenças, através da redução da produtividade e das baixas por doença, são, todavia, consideravelmente mais elevados.

O problema grave de saúde pública associado à obesidade e excesso de peso deve constituir uma luta prioritária desde as primeiras fases da vida.

5 Problemas

- ▶ Hábitos alimentares errados;
- ▶ Sedentarismo;
- ▶ Redução de produtividade da população activa;
- ▶ Despesas em matéria de saúde;
- ▶ Discriminação Social.

3 Soluções

▶ Educar

Lutar contra a obesidade desde a infância - os hábitos alimentares criados durante a infância persistem frequentemente na idade adulta.

É fundamental controlar e melhorar a qualidade e normas nutricionais das refeições escolares.

Para isto importa apostar na proibição da venda nas escolas de alimentos e bebidas com elevado teor de gordura, sal ou açúcar.

É prioritário fazer Portugal aproveitar os mecanismos europeus recentemente aprovados (nomeadamente programas de co-financiamento) que promovem a distribuição de fruta e legumes frescos nas escolas, semelhante ao actual programa de distribuição de leite. Fazer baixar o IVA para uma taxa inferior a 5% para frutas e legumes e restringir a publicidade de alimentos não saudáveis especificamente dirigida a crianças são outras medidas complementares para esta luta.

Deve ser feito um esforço no sentido de assegurar que a actividade física e a alimentação equilibrada se tornem parte integrante do comportamento das

crianças e que nos programas escolares sejam incluídos os benefícios de um regime equilibrado e do exercício físico.

É primordial incentivar campanhas e acções concretas de combate a esta problemática, nomeadamente: Programas Nacionais; concursos nos meios de comunicação; programas de formação dos profissionais de saúde, pais e professores; distribuição de livros, e folhetos informativos; publicidade "chocante".

▶ Informar

Rotular e publicitar de forma clara os alimentos.

A prestação de informações exaustivas nos rótulos é essencial para permitir aos consumidores optar entre uma nutrição boa, melhor ou pior. Tem de se apostar numa rotulagem nutricional dos géneros alimentícios que seja visível, clara e facilmente compreensível para o consumidor.

A obrigatoriedade de códigos de cores para rotular os alimentos é um passo fundamental. Mais do que uma rotulagem clara e facilmente compreensível, os cidadãos necessitam de elementos interpretativos para fazerem escolhas saudáveis.

É importantíssimo legislar sobre a publicidade sobre alimentos. Esta tem de ser obrigada a passar mensagens de saúde pública. Cada anúncio publicitário, seja televisão, imprensa, internet ou rádio passaria a estar associada a mensagens do género: "Pela sua saúde, evite *snacks* entre as refeições", "Pela sua saúde, evite ingerir muita gordura, muito açúcar, muito sal", "Pela sua saúde, faça regularmente exercício físico", "Pela sua saúde, coma pelo menos cinco frutas e legumes por dia". Depois do tabaco, é a vez da comida passar a assumir as suas responsabilidades para com a saúde. Assim, à semelhança dos *slogans* exibidos nos maços de cigarros na luta contra o tabagismo ("fumar mata", "fumar causa infertilidade", "fumar provoca o cancro pulmonar", etc.), a informação dos consumidores deve passar directamente pelos alimentos, até mesmo pelas próprias embalagens.

▶ Monitorizar

Criar uma Base de Dados com indicadores de risco.

Peso, Altura, Índice de Massa Corporal, Medida de perímetro abdominal são dados que devem constar de uma base de dados Nacional. Este tipo de dados são muito úteis na monitorização do grau de risco em que a população se encontra relativamente a imensas doenças relacionadas com obesidade, e podem servir no futuro para avaliar a situação de risco da população, para planear acções mais efectivas para a redução deste relevante problema de nutrição e saúde pública, assim como avaliar o sucesso das medidas implementadas.

Comportamentos Sexuais de Risco

Prostituição

Há poucos dados sobre a **Prostituição** em Portugal. Sabe-se que é o país com maior número de entradas de prostitutas vindas da América do Sul e estima-se que existam cerca de 30000 mulheres que se prostituem no nosso país, 50% delas imigrantes (maioritariamente em situação ilegal).

A prostituição é um Comportamento de Risco. É uma situação que comporta problemas de saúde pública, associada a elevados índices de criminalidade e pobreza. E, por se tratar de uma actividade clandestina, à margem da sociedade, a identificação e combate aos riscos que lhe são inerentes apresenta muitas dificuldades.

Em Portugal, ser prostituto/a não é crime. Um prostituto ou prostituta não podem ser criminalmente punidos pela prática de prostituição, bem como não o pode ser alguém que usufrua desses serviços.

Por outro lado, a actividade profissional "Prostituição" não está enquadrada legalmente, não existe, não é reconhecida pela Lei.

Isto significa que a Prostituição se encontra num vazio legal, não sujeita a qualquer tipo de controlo. Na prática, temos uma actividade que está associada a comportamentos de risco e a graves problemas de ordem social e cuja fiscalização é quase impossível.

Situações como:

- ▶ Tráfico de mulheres;
- ▶ Imigração ilegal relacionada com redes de prostituição;
- ▶ Prostituição de rua associada a índices de criminalidade e a problemas de saúde pública;

Podem ser alvo de um controlo eficaz, se resolvermos este vazio hipócrita de quem reconhece problemas e os identifica mas não tem coragem de os admitir.

É preciso identificar os comportamentos e as situações de risco mas é preciso, sobretudo, ter a coragem necessária para os combater. É missão da JSD ter essa coragem. Coragem para denunciar o que não vai bem no país e na sociedade portuguesa.

É com a certeza dessa missão e da responsabilidade que comporta, que propomos:

- ▶ A prostituição deve ser uma actividade profissional legalmente reconhecida, vinculada aos Direitos e Deveres a que estão sujeitos todos os trabalhadores portugueses, ao abrigo do disposto no Código do Trabalho, sujeitos, portanto, a uma fiscalização imprescindível e hoje inexistente pelas autoridades sanitárias e Inspeção Geral do Trabalho.

Desta forma, os resultados serão:

- ▶ Condições de trabalho adequadas - os profissionais da actividade são obrigados a cumprir os requisitos dispostos (é inconcebível que uma actividade com um risco tão elevado para a saúde seja posta à margem da obrigatoriedade de controlo sanitário, higiene e saúde pública);
- ▶ Fim da prostituição de rua - que passará, assim, a forma ilegal de exercício da profissão, punível por lei;
- ▶ Tributação da actividade - os profissionais da prostituição sujeitos a pagamento de impostos, como os demais trabalhadores portugueses, acabando com uma inaceitável economia clandestina;
- ▶ Fiscalização da actividade - acabando com a clandestinidade combate-se a imigração ilegal, tráfico de mulheres e redes de prostituição.

No momento em que reconhecermos a prostituição como actividade profissional legalmente enquadrada, estaremos verdadeiramente a tratar este problema.

A Pior Solução é a Indiferença (SIDA)

A SIDA, nos dias de hoje, ocupa um dos patamares mais importantes nas políticas mundiais de saúde pública. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, a estimativa do número de adultos e crianças infectados com o VIH no ano de 2007 ronda os 33 milhões de infectados, sendo que 30,8 milhões são adultos e dentro destes 15,5 milhões são mulheres. 2 milhões são crianças com idades inferiores a 15 anos; apareceram 2,7 milhões de novas infecções e 2 milhões de mortes. Em Portugal, segundo dados fornecidos pelo Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis, do Instituto Ricardo Jorge, em 2007, registaram-se: 32.491 casos de infecção VIH/SIDA notificados; 14.195 casos acumulados de SIDA; 463 casos de infecção VIH-2 e 189 casos de co-infecção VIH-1 /VIH-2. 43,9% dos infectados são pessoas toxicodependentes. O número de casos associados à infecção por transmissão sexual (heterossexual) representa o segundo grupo com 38,8% dos registos e a transmissão sexual (homossexual masculina) apresenta 12,0% dos casos; as restantes formas de transmissão correspondem a 5,3% do total. Os casos notificados de infecção VIH/SIDA, que referem como forma provável de infecção a transmissão sexual (heterossexual), apresentam **uma tendência evolutiva crescente**. No segundo semestre de 2007, a categoria de transmissão "heterossexual" regista 57,2% dos casos notificados. Dos comportamentos de risco é de salientar: o parto numa mulher infectada, transfusões não controladas, partilha de seringas/agulhas, tatuagens com agulhas não esterilizadas, partilha de escovas de dentes e máquinas de barbear e por fim, mas talvez nos dias de hoje o comportamento de risco mais preocupante, as relações sexuais não protegidas (sem o uso do preservativo).

Uma medida simples como o aumento de pontos de venda de preservativos (por ex. junto a estabelecimentos de ensino, locais de diversão) poderia diminuir esta via de contágio. Defendemos a **realização de um projecto em forma de campanha junto dos jovens adultos** a nível nacional, visto ser esta faixa etária, actualmente, o maior grupo com comportamentos de risco. É deveras importante que estes jovens tomem consciência do que é a doença, de como se transmite, quais os comportamentos de risco e as formas de prevenção. **É ainda de salientar que os jovens precisam de interiorizar que o tratamento apenas atrasa a evolução da doença.** Em suma, a prevenção da SIDA firma-se essencialmente no controlo dos comportamentos de risco inerentes à doença. **É necessário rever a política de troca de seringas, tornando-a mais eficiente, mais prática, para que haja uma diminuição taxativa desta via de contágio.** Assim sendo, e como representantes de uma parte da juventude responsável, cabe-nos alertar estes jovens para a doença e para a sua prevenção.

Ainda preocupante é um estudo desenvolvido pela Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA e pela Apifarma revela que apesar de um reconhecimento da SIDA enquanto problema de saúde pública (89,5%), **a maioria da população portuguesa nunca realizou provas para a detecção da infecção VIH/SIDA.** Apenas 26,5% dos inquiridos referem já ter feito o teste da SIDA, sendo que destes 47% o fez por iniciativa própria. Assim a JSD tem de propor **políticas que visem a criação de uma rotina de diagnóstico na população, que além de constituir uma acção preventiva à transmissão do VIH, permitam também tratar mais cedo, levando assim a uma maior qualidade e esperança de vida nas pessoas VIH positivas.**

Formação Sexual

Nesta fase da formação escolar pensamos ser indispensável introduzir conteúdos curriculares (com frequência obrigatória) de educação sexual na qual se disponibilizem aos alunos informações vitais no que concerne a planeamento familiar e métodos contraceptivos. A prevenção de situações como as doenças sexualmente transmissíveis ou a interrupção voluntária da gravidez, deve passar por uma verdadeira campanha nacional de informação e formação neste particular. Não é forçoso que se autonomizem estes conteúdos numa nova disciplina, podendo os mesmos ser enquadrados e leccionados no âmbito da disciplina de educação cívica.

Política Cultural

A política cultural é a acção do poder público que se baseia em operações, princípios e procedimentos administrativos. Esta política serve para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através de actividades culturais, artísticas, sociais e recreativas. Deve ter um objectivo amplo pelo facto de ser uma acção voltada para todos e não apenas para alguns estratos sociais. Esta acção do governo quase sempre está direccionada à conservação do património cultural, e a oferecer actividades de artistas culturais consagrados, mas hoje deveremos motivar a **democratização da cultura**. Assim o mercado de consumo de bens e serviços culturais como os teatros, salas de exposições, bibliotecas e auditórios desenvolvem-se. Os grupos que produzem cultura devem ter mais apoios, mas simultaneamente encontrar parceiros de financiamento e desenvolver projectos auto-sustentados. A preocupação deste tipo de acção é fazer com que a cultura esteja ao alcance de todos, o que pode ser conseguido com a realização de iniciativas públicas, ingressos a preços mais baratos, espectáculos teatrais abertos ao público, facilidade de acesso aos eventos culturais, etc.

Apesar de muito importante, uma acção cultural desse tipo ainda é apenas o início para chegar à democracia cultural, o que significa possibilitar a população a participar da vida cultural Nacional, da Região ou do Município, apropriando-se de instrumentos e meios necessários para desenvolver as suas próprias práticas culturais, por outras palavras, fazer com que o cidadão crie autonomia para procurar e escolher os seus programas. A estratégia para este caso é a promoção de actividades culturais onde o público seja participante activo, dinamizando a cultura local a partir de suas referências, sem desconsiderar a arte erudita. O mais importante deixa de ser o acesso aos bens culturais e passa a ser a participação na criação e nos processos culturais. É preciso considerar a composição da população, elaborar pesquisas sobre a produção, as actividades e a dinâmica cultural local para elaborar a política mais adequada. É claro que cada país/ região/ município/ comunidade irá adequar o programa de acordo com a cultura, dando prioridade às suas realidades culturais. Portugal não tem uma política cultural internacional estabelecida o que não deixa de ser estranho e contra produtora com a nossa realidade histórica, o património da língua portuguesa à escala global e a diáspora portuguesa no mundo.

Se queremos ter uma Nova Atitude cabe-nos a nós, enquanto juventude, mudar a importância da Cultura.

Como podemos chegar à "democracia cultural"?

- ▶ Está na altura de redefinir o programa de atribuição de fundos culturais. Os fundos culturais devem ser atribuídos a quem apresente projectos com qualidade e que efectivamente os consiga realizar. Os projectos de qualidade devem ser integrados numa Rede Nacional de Espectáculos (dividida por sectores como Teatro, Música, Pintura, Escultura) que todos os anos deve ser avaliada pelo Ministério da Cultura. Os bons espectáculos e bons artistas nas mais diversas áreas continuarão a ser subsidiados e os maus espectáculos e os maus artistas serão retirados da Rede Nacional de Espectáculos, possibilitando a novos artistas a sua integração dentro da Rede;
- ▶ **A Cultura tem de ser integrada dentro do sistema da Educação.** É urgente articular as diversas escolas artísticas e enquadrá-las dentro do sistema educativo, reforçando a vertente artística dos currículos e proporcionando estágios aos melhores alunos em produções integradas dentro da Rede Nacional de Espectáculos;
- ▶ Devemos ainda incrementar a formação nas áreas técnicas de apoio à actividade cultural;
- ▶ Criar um Estatuto para os Profissionais das Artes do Espectáculo que permita encontrar as soluções não previstas na legislação do trabalho. Devemos também pensar num regime de Segurança Social específico para os Profissionais das Artes do Espectáculo;
- ▶ Pensar a Lei do Mecenato de forma a dar um apoio efectivo às artes e que não seja apenas um apoio virtual baseado nos apoios das grandes multinacionais às grandes produções. Temos de adaptar a Lei do Mecenato ao formato empresarial vigente no nosso país, nomeadamente às Pequenas e Médias Empresas. Assim, conseguimos descentralizar as manifestações culturais, redistribuindo espectáculos e exposições pelos locais-sede das PME's situadas maioritariamente fora dos grandes centros urbanos;
- ▶ Dinamizar a Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros, alargando o seu espaço de intervenção para além das capitais de distrito. Temos de ser cada vez mais um país plural, que seja capaz de levar manifestações culturais às populações nos locais mais remotos. Cultura tem de ser para todos. É necessário contar com o apoio das Autarquias para atingir este desiderato. Temos de ser capazes de oferecer espectáculos de qualidade a todas as populações, especialmente à população mais jovem;
- ▶ Quando falamos de literacia, temos de ter presentes a importância que as Bibliotecas Públicas têm hoje em dia na sociedade portuguesa. Os relatórios da OCDE associam as taxas de literacia das populações à presença e à dinâmica das Bibliotecas. Temos de ser capazes de criar as condições indispensáveis para que cada concelho do nosso país tenha uma Biblioteca Municipal. A juventude das localidades mais remotas tem de ter as mesmas oportunidades no acesso ao conhecimento que os jovens das grandes cidades;
- ▶ Só podemos viver o presente, conhecendo o passado e preparando o futuro se tivermos a capacidade de preservar a nossa história. É importante criar uma dinâmica relacionada com o Instituto Português de Museus, tornando-os mais activos na relação com a população jovem,

fomentando a capacidade crítica, direccionando as exposições para os jovens e para problemáticas actuais;

- ▶ A nível patrimonial, é importante preservar o nosso património material, criando as condições necessárias para uma adequada reabilitação dos nossos monumentos, agilizando a intervenção do IGESPAR. Devemos ainda incluir a obrigatoriedade curricular das visitas de estudo ao património. Os monumentos são a marca viva daquilo que Portugal já foi e pretende ser;
- ▶ Devemos incentivar uma redução significativa do valor dos livros, impondo uma taxa de IVA em 5% sobre todos os produtos culturais, nomeadamente CD, DVD, livros e bilhetes para eventos apoiados pelo Ministério da Cultura. Num contexto de recessão económica, devemos pugnar pela redução do valor dos produtos culturais.

Contudo, a **cultura deverá ser não só democrática, mas também crítica**. Os cidadãos deverão ser encarados não como "consumidores" de produtos culturais trocados como "comodidades", mas como agentes activos que apreciam criticamente a produção cultural, e que dispõem de ferramentas para contribuir para a produção e avanço cultural.

Esta promoção de todos os cidadãos a agentes culturais activos importa a aposta na autonomia cultural dos cidadãos, e a redução do papel do Estado na escolha dos produtos e perspectivas culturais produzidas. A política e decisões sobre os apoios culturais públicos deve ser neutral relativamente às perspectivas, conteúdos, e modos de cultura a apoiar. A Lei do Mecenato, e o regime de tributação devem contribuir para a redução relativa do peso do Estado e entidades públicas como promotores e mecenas da cultura, e um acréscimo relativo do papel dos privados, quer através de mecanismos de mercado, quer de filantropia cultural.

A promoção de uma cultura crítica poderá eventualmente compreender medidas excepcionais de apoio a géneros, correntes, estilos e tipos de cultura marginais, representantes de minorias e normalmente afastados dos fóruns culturais de massa.

Dever-se-á iniciar um debate sobre a extensão, protecção e mesmo a existência da propriedade intelectual (direitos de autor, marcas, patentes, etc...), na medida em que a redução dos domínios de exclusividade poderá constituir um estímulo essencial para maior e mais crítica produção cultural por todos os cidadãos. Sistemas mistos como o conhecido Creative Commons, regime de propriedade comunitária e de utilização partilhada mas não abusiva, poderão ser caminhos muito prometedores. Esta redução dos custos de produção, distribuição e consumo de cultura mediante a reequação da propriedade intelectual, poderá ser acompanhada por uma mudança de paradigma, com a emergência dos esquemas de produção descentralizada, em cooperação e não-de-mercado como no caso da Wikipedia, como alternativas à produção comercial ou feita ou dirigida pelo Estado e entidades públicas.

Dado que as ferramentas tecnológicas e digitais e a Internet são cada vez mais imprescindíveis a muita da produção cultural contemporânea, deverá ser assegurada a universalidade no acesso à Internet de banda-larga, e a neutralidade na gestão e tráfego nas redes digitais e internet. Deverão ser combatidas a Exclusão Digital (falta de acesso à Internet) e a Iliteracia Digital, e

deverão ser equacionadas medidas excepcionais para inclusão de certas minorias e populações mais desfavorecidas.

Considerado o papel essencial da comunicação social para formação e produção da cultura nacional, e dos habitantes em Portugal, deverá ser feita uma aposta mais radical não apenas no combate à concentração de comunicação social nas mãos de privados com interesses comerciais ou agendas próprias, mas também na diminuição drástica da importância e influência das entidades públicas nos órgãos de comunicação social. Neste sector importa apostar na transparência das relações entre os mercados de publicidade e de conteúdo produzidos na comunicação social, de modo a evitar que as entidades que compram publicidade – sejam públicas, ou empresas privadas – não utilizem o seu poder enquanto compradores de publicidade, para se substituírem aos cidadãos enquanto decisores sobre os conteúdos e perspectivas distribuídos pela comunicação social. A aposta na credibilização do jornalismo deverá ser feita não apenas pela promoção de exigentes soluções de auto-regulação profissional e formação específica, mas também pela promoção do jornalismo digital e do papel dos cidadãos-jornalistas (citizen journalists).

Mas Cultura não se restringe apenas a espectáculos, artistas e monumentos. Cultura também é a atenção que damos ao nosso maior tesouro: a Língua Portuguesa. Temos de ser ambiciosos e defender a Língua e a Cultura Portuguesas.

- ▶ Temos de dar mais atenção aos países pertencentes à CPLP. Hoje em dia, a importância da Língua nas relações internacionais é cada vez mais importante. Temos de ser mais agressivos na expansão da Língua Portuguesa para os países Lusófonos, criando protocolos de intercâmbio de professores de Língua Portuguesa;
- ▶ Dar um maior apoio ao Instituto Camões, enquanto representante da Língua e Cultura Portuguesa no Mundo, oferecendo bolsas de investigação aos alunos universitários portugueses que mais se tenham distinguido na área das Letras para desenvolver projectos nas embaixadas e consulados portugueses espalhados pelo Mundo;
- ▶ Lutar pela introdução da disciplina de Língua Portuguesa nos programas curriculares dos países onde existem comunidades de emigrantes portugueses. Não podemos deixar morrer a herança dos nossos emigrantes.

Modelo Social

Um Portugal do futuro passará inevitavelmente pelo aumento da capacidade de adaptação dos trabalhadores, pela aceleração da sua integração no mercado do trabalho e pelo aumento do investimento no capital humano. Neste sentido o nosso país deveria ter:

- ▶ Uma agenda social eficaz terá de privilegiar o **crescimento e o emprego**, tal como fizeram os países que apresentam os melhores resultados;
- ▶ O aumento da **adaptabilidade dos trabalhadores** é aspecto decisivo. O desenvolvimento dos recursos humanos não é só essencial para construir

uma sociedade baseada no conhecimento, mas também um elemento chave para a integração e melhoria da qualidade de vida;

- ▶ Dever-se-á desincentivar as políticas que subvencionam de uma forma explícita ou implícita a inactividade. No que respeita às despesas públicas, as escolhas deverão sistematicamente promover o emprego como instrumento de coesão social;
- ▶ No que se refere às pensões, tanto os governos como os cidadãos devem repensar as suas atitudes relativamente à reforma. Já vimos que a esperança de vida na União Europeia aumentou sensivelmente, enquanto que a idade efectiva de reforma baixou;
- ▶ Há que investir mais em capital humano e formação profissional permanente. A velocidade da evolução tecnológica torna a actualização das competências de todos os cidadãos essencial para a sua inclusão na sociedade do conhecimento.

Mas de nada nos servirá trabalhadores mais qualificados e com mais incentivos à integração no mercado de trabalho se não houver mais emprego, emprego este que só será criado através de uma aceleração do crescimento económico.

E o crescimento económico pode ser fomentado, a nível nacional e europeu, por várias formas. Em primeiro lugar, através de uma melhor coordenação entre a política monetária, decidida pela União Europeia, e a política económica decidida pelos Estados Membros – Portugal. Deve dizer-se que, enquanto a nível de política monetária a União Europeia avançou muito, no que respeita à coordenação das políticas económicas e fiscais há muito por fazer. Uma melhor coordenação destas políticas entre os vários Estados Membros – Portugal, será meio caminho andado para a animação da actividade económica e para a criação de emprego. O segundo instrumento relaciona-se com a verdadeira concretização do Mercado Interno que tem ainda muito potencial para se desenvolver. Na circulação de pessoas, bens e serviços, e criando verdadeiras oportunidades de negócio para todos os portugueses e europeus. Um mercado interno a funcionar em pleno traria enormes vantagens à economia portuguesa, através de um maior crescimento económico e, por essa via, da criação de mais emprego.

Emprego

Segundo dados recentes do INE o desemprego jovem atinge 17.1% no 3º trimestre de 2008, valor mais alto desde o 1º trimestre de 2007. Em geral o desemprego das Mulheres 9.1% enquanto que para os Homens é de 6.5%, continuando a existir a diferença nos géneros. A problemática do emprego, nos dias de hoje, e, principalmente, para as gerações que agora chegam ao mercado de trabalho, é um tema que gera inquietações e necessita, por parte do poder político de uma acção concertada e eficaz, do ponto de vista estrutural, que leve a uma resolução satisfatória.

A geração de emprego só é possível se tivermos um tecido empresarial competitivo, pelo que justifica-se o incentivo do espírito de iniciativa, que leve à criação de uma cultura empreendedora.

Cabe às autarquias criar as condições infra-estruturais para que as empresas eficientes e geridas de forma profissional tenham sucesso, valorizando o mérito empresarial.

Igualmente, importante é a implementação de mecanismos de captação de investimento por parte de empresas de tecnologia avançada e de empresas que valorizem a componente ambiental.

A criação de incubadoras de empresas, que dêem condições aos jovens para constituírem a sua própria empresa permitindo a implementação de ninhos empresariais, é uma medida estrutural fundamental que promove a multiplicação do investimento privado, favorece o ambiente empreendedor e cativa parceiros institucionais.

Importa, assim, que exista uma ligação estreita entre as escolas e a sociedade. Uma articulação entre as escolas, os centros de formação profissional e as universidades e politécnicos revela-se da maior importância, tendo em vista uma maior aproximação do ensino e da formação profissional ao mundo do trabalho. A resposta a esta questão passa por se implementar uma parceria baseada numa estreita relação entre as Autarquias, as empresas, os centros de formação profissional e as universidades e politécnicos, de forma a ampliar o espírito de coesão necessário à introdução das orientações estratégicas que permitirão o desenvolvimento sustentado.

Com efeito, este modelo social deverá traduzir-se numa sociedade que é muito mais dos cidadãos, e muito menos ocupada, controlada e dependente do Estado. A aposta na componente de solidariedade (abaixo desenvolvida a propósito da redefinição das funções do Estado) devolverá às pessoas a responsabilidade e a iniciativa de contribuição não apenas para o bem individual, mas igualmente para o bem comum.

Assim sendo, o novo modelo social mais privado e com menos Estado não significa um modelo puramente assente no mercado. A dimensão solidária da esfera privada deverá assumir um papel e relevo essenciais numa sociedade mais justa e que não abandona os cidadãos à sorte de uma concorrência tantas vezes imperfeita.

Segurança Social – Modelo Misto

Temos de criar as condições para que as gerações de amanhã encontrem um sistema de segurança social que responda às suas necessidades e assegure as suas reformas. Os Cidadãos devem ser livres de escolher onde aplicar uma parte dos descontos que obrigatoriamente fazem para a sua pensão/reforma.

O actual modelo de repartição – em que os trabalhadores de hoje pagam as reformas dos trabalhadores de ontem, na expectativa de que os trabalhadores de amanhã paguem as suas reformas – não é sustentável no médio e no longo prazo. Desde logo, por uma questão demográfica e pelo aumento da esperança média de vida. Está também comprovado que o crescimento da nossa economia – ainda que venha a superar a tendência dos anos mais recentes – não permite “compensar” os efeitos da inversão da pirâmide demográfica.

Os compromissos hoje assumidos com o pagamento futuro das pensões de reforma, já com a redução de 72% para 55% até 2050, da taxa de substituição do último salário, tal como proposto pelo Governo, conduzirão a que o défice actual do sistema de pensões atinja, em 2055, o valor de 177 mil milhões de Euros, ou seja, o equivalente a 119,5 % do PIB.

As medidas propostas pelo Governo permitem adiar por algum tempo o descalabro das contas da Segurança Social. Mas não resolvem os problemas a médio e longo prazo.

Por isso defendemos um "Modelo Misto", porque diminui o impacto do problema demográfico; diversifica as fontes de financiamento das pensões de reforma; não se esgota no curto prazo, permitindo assegurar a sustentabilidade no médio e no longo prazo; diminui os riscos de evasão contributiva; exige mais responsabilidade; confere mais liberdade e assegura a sobrevivência de um modelo solidário.

Os contribuintes abrangidos pelo modelo misto, terão no futuro uma pensão com duas componentes: uma decorrente do regime geral, fixa e garantida; outra resultante do somatório das contribuições ao longo de toda a carreira contributiva para o regime de capitalização, adicionada da respectiva valorização.

Sobre o casamento entre homossexuais (e adopção)

O Estado não deve incentivar ou discriminar comportamentos dos cidadãos que digam respeito ao modo como estes determinam e organizam os seus projectos de vida. É fundamental que abandonemos a ideia do estado paternalista e omnipresente que determina e condiciona todo o modo de organização da vida dos cidadãos.

Neste sentido, não deve o Estado criar regimes fiscais, sucessórios e outros que proceda à discriminação de casais em razão do seu sexo. Entendemos assim, que deve a lei equiparar para todos os efeitos jurídicos e fiscais a união de casais heterossexuais e casais homossexuais.

Não acreditamos num conceito de Estado que por quaisquer razões proceda à fixação de regimes discriminatórios dos casais homossexuais. Não acreditamos num Estado retrógrado que encare a homossexualidade como uma doença ou uma perversão.

Acreditamos num Estado moderno que aceite as opções sexuais dos cidadão.

Todavia, ao contrário do que tem sido a postura irresponsável e politicamente desonesta, entendemos que não deve ser aprovada a possibilidade de casais homossexuais se unirem pelo instituto do casamento.

Tal hipótese significaria a possibilidade de casais homossexuais poderem adoptar crianças. E se entendemos que o Estado não deve, de modo algum intervir no modo como os cidadãos definem e organizam os seus projectos de vida, entendemos que deve fazê-lo sempre que em causa está a tutela de terceiros, em especial, menores.

Pelo que, defendemos que seja criada o instituto da união civil registada que permitirá equiparar os direitos dos casais homossexuais e heterossexuais, à excepção da possibilidade da adopção de crianças.

Ao contrário da postura da JS e do PS, consideramos que tal questão deverá ser alvo de um profundo debate na sociedade portuguesa. Não acreditamos na tomada de posições nesta matéria assumidas com leviandade e sem debate.

Sustentabilidade

«Ask not what your country can do for you but what you can do for your country.»

John F. Kennedy – 20 de Janeiro de 1961

Empreendedorismo e Inovação

O Empreendedorismo é claramente a ideia de futuro que Portugal deve promover no sentido de garantir elevados nível de competitividade das empresas, promover a criação de riqueza e reforçar o posicionamento estratégico no panorama internacional. Quando se pensa em Empreendedorismo, somos naturalmente obrigados a associá-lo ao conceito de Investigação, **Desenvolvimento e Inovação (IDI)**. Neste sentido, devem ser desenvolvidas um conjunto de medidas que transformem a realidade actual de um país dependente do Estado, e onde as empresas tomem uma posição predominante. O Estado deve conceder os mecanismos de lançamento, fomento e suporte, deixando a cargo das empresas os mecanismos de desenvolvimento de todo este processo. Dessa forma, somos apologistas de que sejam implementadas medidas como:

- ▶ Reforço da discriminação fiscal positiva dos investimentos efectuados em IDI pelas empresas;
- ▶ Implementação do princípio **Universidades-Comunidade-Empresas** de forma a envolver todos estes intervenientes no desenvolvimento de novas tecnologias, processos, produtos ou serviços;
- ▶ Implementação da figura do Professor Gestor de Projecto que interaja, coordene e fomenta com as empresas um espírito de aproximação da Universidade ao sector empresarial;
- ▶ Incorporação de uma vertente técnica e prática na avaliação dos Professores Universitários, conduzindo a uma efectiva avaliação agregada do seu desempenho de forma a aumentar a eficácia associada à execução dos projectos;
- ▶ Fomento de uma política de **rotação** dos Professores entre a Universidade e as Empresas de forma a possibilitar uma assimilação correcta das necessidades e exigências do mercado;
- ▶ Fomentar o desenvolvimento de **Patentes e Certificações** que contribuam como mais-valia para o País e sejam um símbolo de Qualidade dos nossos produtos e serviços. Integração das Universidades neste desenvolvimento de Patentes e Certificações como parceiros de excelência e difusores de inovação;
- ▶ **Promoção e Desenvolvimento de Clusters de Negócio regionais** que permitam a captação de sinergias, fomentem a criação de emprego qualificado e afirmem as regiões como expoentes de conhecimento, competência e competitividade.

É determinante que se repense o papel do Estado

Acreditamos que é verdadeiramente crucial proceder-se à redefinição das funções do Estado em obediência ao princípio Menos Estado/Melhor Estado. No âmbito da referida redefinição dever-se-á concluir que o Estado apenas deve intervir nos domínios da soberania, das áreas de actividade onde o seu desempenho se revele mais eficaz e mais eficiente do que a intervenção privada, e nos sectores de actividade onde em causa estejam direitos fundamentais dos cidadãos.

Defendemos um Estado ágil, útil e consciente das suas responsabilidades. Defendemos um Estado que incentive a iniciativa privada e a sociedade civil, empenhando-se apenas naquilo em que a sua intervenção é essencial. Um Estado preocupado com a promoção do desenvolvimento económico nunca esquecendo o reforço da justiça social.

A situação em que o país se encontra ao fim deste desgoverno do PS demonstra a necessidade e urgência de tal tarefa.

A actual crise económica e financeira em que o país se encontra mergulhado e a incapacidade que o Estado demonstra para fazer face às necessidades dos portugueses, exige que o país reflecta sobre o que quer do Estado.

Não podemos aspirar a ter um Estado omnipresente, paternalista. Temos de acreditar no risco, no empreendedorismo, na produtividade e na inovação como motores do desenvolvimento do nosso país.

O Estado deve transferir para a iniciativa privada e social um conjunto de tarefas nas quais estes se encontrem mais aptos e mais habilitados, a satisfazer as necessidades colectivas. A tarefa do Estado não é garantir o monopólio das funções públicas, mas sim garantir a plena satisfação das necessidades colectivas.

A nossa administração pública tem de se modernizar e qualificar, passando a prestar serviços de qualidade e de excelência. Não podemos ter uma administração pública caduca, assente em modelos do século XVIII.

Um Estado pouco eficiente como o nosso é significado de mais impostos e de endividamento das futuras gerações. Accreditamos que o Estado deve emagrecer dando espaço à iniciativa privada, mas garantindo sempre a justiça social.

Accreditamos que a nossa sociedade se deve organizar acreditando primeiro na iniciativa privada, e só depois, no Estado.

Accreditamos que a nossa sociedade não pode temer a livre actuação das forças do mercado, pois as mesmas são capazes de minimizar custos e potenciar a utilização dos recursos.

Accreditamos que o Estado deve reservar-se na Economia à função de regulador e não de *player*, procedendo-se assim à imediata privatização de um conjunto de empresas públicas que actuam actualmente no mercado sem prestarem qualquer serviço público aos cidadãos.

O Estado deve assumir uma preocupação fundamental. A protecção social dos nossos concidadãos e a promoção da justiça social, garantindo a igualdade de oportunidades entre todos os portugueses.

Os portugueses devem ter acesso a serviços de qualidade independentemente da sua capacidade de os pagar. O Estado mais do que assumir a função de prestador do serviço, deve garantir o acesso de todos os cidadãos a serviços de qualidade. Temos de acabar com a sina lusitana de que quem tem capacidade financeira acede a serviços privados de qualidade, e quem não tem disponibilidade financeira está condenado a aceder a péssimos serviços, seja na saúde, seja na educação. O Estado tem a obrigação de garantir a igualdade no acesso e a excelência dos serviços, pagando os cidadãos o serviço em função da sua disponibilidade financeira.

No âmbito da modernização da administração pública consideramos fundamental:

- ▶ O reordenamento de atribuições e competências ao nível dos organismos da Administração Directa, Indirecta do Estado, visando evitar duplicações, de inúmeros organismos, ao nível das suas atribuições e competências;
- ▶ Constituição de Centrais de Compras Electrónicas, implementando assim a Directiva 2004/18/CE e a Comunicação da Comissão: "Administração *on-line* 2010: acelerar a Administração *on-line* na Europa para benefício de todos", segundo a qual, em 2010, a totalidade dos processos de contratação pública deverão estar disponíveis electronicamente (100%), com uma taxa de utilização efectiva superior a 50%, sendo igualmente celebrados acordos de cooperação relativos a serviços de acompanhamento;
- ▶ No âmbito das Empreitadas de Obras Públicas de Pequena e Média Dimensão, torna-se necessário optar, de uma forma acentuada, pelo recurso a parcerias público-privadas, nomeadamente nas realizadas por autarquias;
- ▶ Diminuição do peso do sector empresarial do Estado no PIB nacional, nomeadamente através da privatização das várias empresas públicas ainda nas mãos do Estado;
- ▶ Fazer da eficácia uma realidade, procurando incrementar o grau de transparência, cruzamento de informações e responsabilidade na contratação pública, nomeadamente através de mecanismos de *E-Sourcing* (bases de dados e contactos que agilizem as ligações com os fornecedores e facilitem a sua gestão);
- ▶ A implementação de um Cartão Governamental de Aquisições, de forma a criar automaticamente ganhos em termos de eficiência e de garantir imediatamente poupanças, em particular em aquisições de baixo valor; tal como a criação de um sistema de Catálogos de Compras, para facilitar o processo de aquisições e simultaneamente permitir a apreensão de informação útil sobre padrões de gestão e consumo;

A verdade é que as tradicionais propostas de emagrecimento do Estado, com redução das respectivas responsabilidades e funções não têm conseguido merecer o apoio da maioria dos cidadãos, que receiam ver insatisfeitas várias das suas necessidades humanas mais básicas. Assim é porque a redução do papel do Estado, liberalização de funções, e a aposta nas soluções privadas pelo mercado são apenas metade da "história".

É que a alternativa à posição paternalista não pode ser a pura orfandade dos cidadãos completamente abandonados a um mercado com falhas reconhecidas, e com concorrência tantas vezes imperfeita.

O fim dessa posição paternalista do Estado, deve ser acompanhado não só por uma intervenção reguladora do Estado muito menos intrusiva e dependente, mas também por um incremento substancial do papel e relevo da iniciativa privada solidária.

Uma análise comparativa das várias sociedades ocidentais demonstra que a sociedade portuguesa está particularmente dependente do Estado, e consequentemente tem pouco entranhados hábitos de solidariedade.

Assim sendo, importa apostar no desenvolvimento de um sector solidário, em que a participação das pessoas se reja por um intuito altruístico e de cooperação na construção do bem comum, e não se deva a mera obediência à direcção do Estado, ou à egoístico busca de lucro.

A vertente solidária poderá ser prosseguida pelo reforço da responsabilidade social das instituições, mecanismos e iniciativas privadas de mercado. Mas, importa também apostar seriamente no fortalecimento de um sector solidário com participação e contribuição alargada da grande maioria, ou totalidade dos cidadãos.

Embora a emergência plena de tal sector solidário requeira uma mudança de mentalidade colectiva e individual que demora tempo, cabe à política acelerar e promover essa emergência e respectiva mudança de mentalidade. Deverão, em vários casos, ser feitas opções radicais para que tal mudança seja bem sucedida.

Várias possibilidades poderão ser equacionadas como formas de dar dimensão e sustentabilidade as esses novos sector, espírito e hábito solidários:

- ▶ Proceder à transferência de funções, responsabilidades, serviços e mesmo funcionários do Estado para iniciativas privadas solidárias (IPSS, ONGs, associações voluntárias, etc.);
- ▶ Aumento significativo da percentagem da contribuição de impostos e/ou tempo que pode ser atribuído pelos contribuintes a essas iniciativas privadas solidárias, em vez de ao Estado;
- ▶ Criação de incentivos ao voluntariado, nomeadamente a iniciativas como o "Gap Year" (ano de transição entre Ensino Secundário e Superior em que os jovens passam ocupados com actividades de voluntariado), ou o Banco do Tempo;
- ▶ Crédito laboral por tempo comprovadamente dispendido em actividades de solidariedade, ou alargamento das soluções de isenção tipo bombeiros voluntários;
- ▶ Criação de mecanismos de certificação de qualidade e/ou de auto-regulação da iniciativa e instituições de solidariedade.

Combate à Corrupção e ao Tráfico de Influências

A (falta de) qualidade das decisões públicas é uma das principais causas dos atrasos do País, e do fracasso dos esforços de desenvolvimento empreendidos pelo Estado e outras entidades públicas.

As decisões públicas falham por falta de preparação, por falta de discussão, mas tantas vezes falham porque os decisores são submetidos a influências e incentivos de grupos de interesse, ou do seu próprio interesse, em vez de se

basearem no que verdadeiramente deveria relevar: o interesse público, o bem comum.

Relatórios internacionais colocam Portugal em posições muito desconfortáveis entre as nações desenvolvidas no que respeita aos índices de corrupção.

Em todos os sectores importantes, sempre que há posições concorrentes e exercício de poder, são conhecidos inúmeros casos de corrupção e tráfico de influências. Veja-se a política, as obras públicas, a concessão de serviços públicos, o desporto...

O sistema de justiça não tem conseguido dar resposta a este problema, falhando na detecção, na investigação e no julgamento dos casos de corrupção.

A corrupção é um enorme mal nacional, não apenas porque inquina a decisão específica em causa, mas também porque corrompe a atitude da sociedade e dos cidadãos que trocam o esforço para merecer a decisão pública, pelo esforço de corromper o decisor por forma a beneficiar com uma decisão pública não merecida.

Para mais, o elevado nível de corrupção afecta também a credibilidade das instituições públicas, e reduz por isso a motivação e confiança dos cidadãos para participarem na vida pública, e investirem em novas actividades produtivas que se tornam assim bastante mais arriscadas ou mesmo não compensadoras.

Por último, a corrupção agrava brutalmente as situações de desigualdade porque ao beneficiar aqueles com mais poder, recursos financeiros, ou notoriedade social, perpetua a sua posição de dominação, e incrementa a sua distância face àqueles que não dispõem de tantos recursos, e por isso são incapazes de realizar corrupção.

Há, portanto, efeitos específicos e concretos em cada situação e processos concretos, mas também uma seríssima consequência sistémica que tem sido das principais responsáveis pelo lento desenvolvimento do país.

Uma medida radical de combate à corrupção é a redução das funções do Estado, pois quanto menos competências o Estado tiver, menos decisões tem que tomar, e por isso menos há que corromper. A desburocratização e simplificação de procedimentos administrativos são soluções do mesmo género, pois na medida em que reduzem o espaço de intervenção pública, reduzem igualmente a possibilidade de interferência corrompida.

Mas, o Estado não irá desaparecer e a corrupção é um mal generalizado da sociedade portuguesa, que afecta todas as estruturas de poder, sejam elas públicas ou privadas.

O caminho principal é o do incremento da transparência e publicidade.

- ▶ Assim sendo, deverão ser adoptadas medidas radicais para aumento da transparência e publicidade de todos os procedimentos, processos e iniciativas que envolvem o exercício de poder, e em particular o poder público.
- ▶ O princípio radical de publicidade deverá aplicar-se a todas as entidades e agentes públicos, desde o Governo e Parlamento, Deputados, entidades reguladoras independentes, autarquias e institutos públicos, e sobretudo quaisquer entidades decisoras de concursos públicos e outros procedimentos de adjudicação.

- ▶ Os limites ao princípio da publicidade deverão ser muito restritos, e aplicados aos casos mais sensíveis de segredo de justiça, procedimentos criminais, intimidade pessoal, e segurança nacional.
- ▶ O ónus deverá inverter-se em favor da publicação, e as entidades de controlo de acesso a documentos (administrativas ou judiciais) deverão dispor de um processo muito urgente, e como legitimidade processual alargadíssima, para intimação das entidades públicas a publicitar documentos e informações.
- ▶ Os titulares dos cargos públicos deverão ser obrigados a publicitar as suas agendas, revelando designadamente com que pessoas ou entidades se reuniram a cada momento. As entidades privadas contratadas para assessorar as entidades públicas deverão estar sujeitas aos mesmos princípios.
- ▶ As situações financeiras e patrimoniais de candidatos a, e titulares de, cargos públicos deverão ser publicadas também na Internet, de modo a que quaisquer cidadãos possam monitorizar.
- ▶ Os titulares de cargos públicos deverão estar sujeitos a um período de pelo menos dois anos em que estarão proibidos de desenvolver qualquer actividade, ou ocupar funções em entidades desenvolvam actividades em áreas coincidentes ou próximas daquelas em que exerceram os cargos públicos.

Autonomia Regional

Um dos principais problemas políticos em Portugal é a efectiva crise do Estado com as Regiões Autónomas. O caso do Estatuto dos Açores com o Presidente da República e caso da Madeira com a discriminação notória por parte do Governo do Eng. Sócrates.

No que respeita à Região Autónoma dos Açores, temos consciência que a política do Presidente do **Governo Regional do Açores**, depois de mais uma década de mandatos ainda não conseguiu resolver problemas de profunda injustiça, faltando uma política de Educação para os Açores que permita o combate efectivo do abandono escolar, a melhoria dos equipamentos escolares e construção de novos espaços especializados para o Desporto.

É necessário continuar a defender de forma empenhada, soluções para combater a desertificação em algumas ilhas e concelhos dos Açores, com políticas próprias para a fixação dos jovens, nomeadamente em áreas como habitação, natalidade, emprego de modo a combater também as vagas de emigração.

A Taxa de Emprego nos Açores contrariamente ao que diz o Governo Regional é elevada e muitos dos estágios profissionais actualmente oferecidos no arquipélago são muito mal remunerados.

Em medidas sociais, também se constata que mais de 80.000 Açorianos não têm médico de família e a toxicodependência está a atingir níveis elevados e preocupantes.

Por estes factores, o elevado número de abstenção no último processo eleitoral dos Açores, é um sinal claro do grau de insatisfação, o que prova que os dirigentes regionais estão mais distantes do seu eleitorado.

Julgamos também que os Açores, tem de maximizar mais as suas potencialidades criando um *cluster* de turismo à escala internacional.

Outro paradigma importante que se coloca às Regiões Autónomas, é a questão dos transportes aéreos cujos actuais modelos atropelam o princípio da continuidade territorial. Os custos inerentes às viagens aéreas entre a Regiões e Portugal Continental continuam a ser uma fonte de injustiça social.

Nos Açores, no transporte aéreo de serviço público, criou-se um limite mínimo de tarifa (cerca de 120 euros) em vez de criar um tecto máximo.

No caso da Madeira com a liberalização da rota entre a região e o continente, foi fixado um subsídio de 60 euros. Contudo há necessidade de rever o subsídio de mobilidade de forma a prever a discriminação positiva para os estudantes.

Persistem problemas que necessitam de respostas.

Nos transportes aéreos constata-se ser mais barato viajar entre Lisboa e outros destinos da Europa, do que para as Regiões Autónomas e entre estas.

Assistimos a uma completa falta de Solidariedade para com as populações das Regiões Autónomas!

Um Estado que tem atitudes discriminatórias, particularmente com a Região Autónoma da Madeira, onde o Princípio da Solidariedade bem como o Princípio da Subsidiariedade defendidos e fundamentados no seio da União Europeia são completamente vaiados pelos Órgãos do Poder Central.

Mais, as competências das Regiões Autónomas têm sido alvo de batalhas jurídico-constitucionais, nas sucessivas revisões à Constituição, não se encontrando até hoje, o modelo capaz de assegurar o respeito pelo regime autonómico insular.

O poder legislativo reconhecido às Regiões Autónomas continua limitado pelo constante conflito com a reserva de competência da Assembleia da República.

A JSD está solidária com a defesa das causas autonómicas da juventude madeirense e açoriana.

Seria fundamental a ampliação dos poderes das Regiões em matéria fiscal com maiores benefícios fiscais e majorações das deduções à colecta, tornando as economias das Regiões Autónomas mais atractivas.

Porque trabalhar por Portugal é fazê-lo também pelas Regiões Autónomas, a JSD irá na sua acção política ter como bastião a bandeira da Autonomia!

Assente neste desejo de concretizar a Autonomia, a próxima Revisão Constitucional, será fundamental e importante para a cooperação entre a República e as Regiões.

Nesta matéria daremos voz às defesas da JSD Madeira:

- ▶ A Região Autónoma da Madeira deverá ter a possibilidade de ter um sistema político próprio, diferenciado, adequado à sua realidade, respondendo às necessidades da sua população, respeitando sempre o Princípio da Unidade Nacional.
- ▶ O Estatuto Político-Administrativo das Regiões Autónomas é fundamental para a unidade nacional e desenvolvimento destes territórios, independentemente da cor partidária predominante. Na Lei Fundamental, o Estatuto Político-Administrativo da RAM, é omissa quanto ao seu valor jurídico, pelo que deverá estar a consagração expressa desse valor, enquanto diploma para-constitucional.
- ▶ A Lei eleitoral para a Assembleia Legislativa da Madeira, o Estatuto Político Administrativo da Madeira e a Lei de Finanças Regionais, enquanto matérias que afectam directamente e somente a Região Autónoma da Madeira e a sua população, devem ser da competência exclusiva da RAM. Ou seja, deveriam dar o poder de iniciativa exclusivo às Regiões Autónomas não podendo a Assembleia da República, proceder a alterações sem parecer prévio e vinculativo dos parlamentos regionais.
- ▶ Redefinição das áreas de competência das Regiões para que nos Parlamentos Regionais possam legislar sobre matérias de interesse específico.
- ▶ Os limites da Autonomia apenas os decorrentes da salvaguarda do Estado Unitário de Direito, nomeadamente, a representação política externa, a defesa nacional, os símbolos nacionais e parte da justiça.
- ▶ A aplicação e defesa do Princípio da Subsidiariedade na medida em que os órgãos regionais, dada a sua proximidade com a população regional, ocupam uma posição privilegiada para definir as melhores políticas perante as suas especificidades.
- ▶ Defesa do Princípio da Unidade Diferenciada no País. Um País, três Sistemas, cada um com a sua especificidade e com modelos de desenvolvimento, financeiro e político ajustado às necessidades e à realidade.

Extinção do cargo de representante da República, por ser um cargo limitador da autonomia, cuja função é controlar os órgãos do governo próprio eleitos democraticamente pelo povo, pelo que não faz qualquer sentido a sua existência, devendo a assinatura ou veto ser exercido apenas pelo Presidente da República, órgão igualmente democraticamente eleito.

Diminuir os gastos aumentando os ganhos em saúde

O Serviço Nacional de Saúde (SNS), passa por um período de depressão e desorganização dos recursos humanos, financeiros, estruturais e materiais. O acesso à saúde deve ser para todos independentemente do extracto económico e social, que sejam cidadãos portugueses por direito. No entanto o aumento das condições de acesso, de forma objectiva necessita de um investimento cabal de

ordem monetária que terá de ser em parte suportado pelos contribuintes, e pelo protocolo privado. Este Governo tem vindo a acabar com as parcerias público-privadas de sucesso na área da saúde (ex: Amadora Sintra). Ao invés do passado, o actual e o futuro não nos são tão desconhecidos e utópicos. Sabe-se, desde já, que há muitos desafios de grandeza diferente, uns em vigor outros previsíveis, mas há recursos e conhecimento para os contornar. A política de saúde deve ser independente dos valores ideológicos ou metas prioritizadas na agenda política. As regras na saúde devem ser transversais no tempo e no espaço e existirem para se cumprir e fazer valer, visando-se a obtenção de bons resultados, em que todos ganham e se eleva o nível de saúde colectivo. Para exigir que se verifiquem, é importante que as instituições, intelectuais e comunidade em geral sejam mais participativos e praticantes dos direitos e deveres que lhes assistem. É necessário um debate menos cooperativo e mais instrutivo por parte da comunidade técnica.

Planeamento

A Governação deverá ter um carácter normativo, consertado e coerente. Para tal, a aproximação da legitimidade política à legitimidade técnica deve ser também algo a alcançar. Muito provavelmente é, também, o caminho para acções não focalizadas ou parcelares mas de carácter transversal, integrado e lógico, mas principalmente, com relevantes ganhos em saúde pública. No nosso entender deveremos desenvolver o maior número de acordos e parcerias com privados, instituições de solidariedade social, municípios, etc., em todos os sectores na área da saúde, em que o estado seja o principal accionista da rede de estabelecimentos de saúde pública. É necessário criar o conceito profilático nas populações para que se incuta a realização de exames médicos periodicamente controlando assim o aparecimento das doenças e permitindo que o tratamento seja mais eficaz.

Rede de estabelecimentos de saúde pública

A rede de estabelecimentos de saúde pública deve assentar-se nas Unidades de Saúde Familiar, Rede de Centros de Saúde, Rede de Cuidados Continuados, Rede de Cuidados Especializados e Hospitais com gestão privada empresarial. Esta rede levará à simplificação do acesso, a uma maior equidade, melhor articulação entre público e privado, em saudável e construtiva competitividade, sempre com vista à qualidade do serviço contemplando o interesse do cidadão. A rede de estabelecimentos deve ser bem equipada de modo a ter resposta para todas as situações que surjam. Deve ser criado um Conselho Técnico Multidisciplinar com todos os técnicos de saúde de um determinado estabelecimento de saúde para planear formas de intervenção e de investimento desses mesmos espaços e para que seja mais uma vez salvaguardado o interesse do utente.

Avaliação

Depois de um percurso histórico, que passou pela protecção social das políticas de saúde, surge agora a era da Governação da Saúde. Talvez a sua maior premência seja a efectiva concretização. É assim que a Avaliação (do Planeamento e Execução) e o aperfeiçoamento da sua metodologia poderá dar um importante contributo a este nível, com consequente elevação do nível de saúde das populações. É crucial uma avaliação correcta, independente e suficientemente exaustiva do desempenho do sistema, com programas e projectos de saúde, que apurem os resultados, impactos e eventuais ganhos

obtidos, com identificação das limitações e obstáculos e com responsabilização dos intervenientes.

Recursos Humanos

A carência de profissionais de saúde em algumas das áreas técnicas específicas, como por exemplo no pessoal médico, tem de ser revista. Deve haver colaboração com o Ministério do Ensino Superior de uma forma não avulsa, ou seja, estudar agora qual será a necessidade de recursos humanos nessas áreas no futuro. Não podemos resolver hoje a questão para criar problemas futuros. Isso não corresponde ao correcto planeamento político que se defende.

Formação

Os estabelecimentos de saúde devem ser responsáveis por investir na formação contínua dos seus profissionais dando-lhes mais e melhores recursos técnico-científicos para que tenhamos um exercício em saúde de excelência. A formação e consciencialização dos cidadãos deve ser também um dos pontos a investir e a melhorar. Os profissionais de saúde têm a obrigação e o dever de executar a promoção e a educação na saúde. Pois mais uma vez refiro que a prevenção é o melhor ganho.

Unidades especializadas

O Ambiente, as Migrações, as Doenças Transmissíveis, tal como outros assuntos, dizem respeito a todo o planeta, pelo que as políticas devem ser integradas e contextualizadas a nível global. O determinismo da globalização representa fontes de encargos mas também possibilidades de luta. Deve haver gabinetes de estudos para doenças infecciosas. Investigar qual a causalidade das alterações climáticas no surgimento de novas doenças.

Área do Medicamento

Nos últimos anos, tem vindo a assistir-se a uma clara banalização do medicamento. O medicamento não é um qualquer bem de consumo quotidiano, ou um bem comercial como alguns querem deixar parecer. Foi a sua descoberta e desenvolvimento que permitiu e continua a permitir a subida da esperança média de vida e melhorias na qualidade de vida. Daí, não compreendemos, a medida tomada já por este governo com a possibilidade de venda de MNSRM fora das farmácias. Esta acção preocupa pela falta de diferenciação dos espaços, pela fácil acessibilidade a medicamentos que hipoteticamente são inofensivos, mas que mesmo assim apresentam riscos. E pela permissão da dispensa por parte de técnicos de saúde sem as competências científicas para tal. Ainda dentro da banalização, a venda de medicamentos via internet, não é uma medida assertiva, uma vez que através desta via não há uma qualidade no acesso ao medicamento, potenciando os riscos de auto-medicação e levando ao uso irracional do medicamento. Finalmente, esta medida deixa o utente órfão do aconselhamento dos especialistas do medicamento.

Investigação

O Ministério da Saúde deve em articulação com as faculdades e institutos de ensino e outros sejam estes de cariz público ou privado, investir na investigação na área das Ciências da Saúde. Este investimento permitirá a

pesquisa de melhores formas de diagnóstico e tratamento levando a uma operacionalização dos serviços com ganho para os utentes.

Conclusão

Efectivamente, almeja-se a implementação de um novo paradigma para a Saúde Pública. Que tome decisões baseadas no conhecimento actualizado; que faça gestão da informação relevante e, em função disso, gira e comunique o risco; que, definitivamente, identifique os problemas e as necessidades em saúde da população, que monitorize o seu estado e determinantes de saúde e avalie o impacto das intervenções realizadas; que faça investigação e vigilância epidemiológicas; em que aconteça a gestão dos programas e projectos planeados executados no âmbito da promoção e protecção da saúde. O futuro da actividade dos profissionais de saúde passa pela aposta na qualidade e responsabilização dos seus actos e não pela questão financeira. E que a reformar o SNS, não se comece pela base da pirâmide, mas sim pelo seu topo, pois ao começar pela base, poderá haver um ruir da mesma.

Agricultura Sustentável

Em Portugal temos os sistemas agrícolas tradicionais, localmente adaptados, que nos sobram do passado. Estes sistemas ocupam cerca de 35% da superfície agrícola utilizada. Por outro lado, temos explorações que foram, recentemente, convertidos para uma agricultura dita sustentável, nomeadamente para o modo de **produção biológica**.

Até 2005, existiram cerca de 1577 operadores de produção vegetal em Agricultura Biológica no nosso País, ocupando uma área total de 233 458 ha. Estes sectores de produção vegetal são, de facto, aqueles que exigem menores esforços de conversão para a agricultura biológica, pelo que o pagamento para a Agricultura Biológica ao abrigo das Medidas Agro-Ambientais foi um motor de conversão. Nos sectores em que a conversão para o modo de produção biológico exige maiores alterações ao nível da produção, tal como a horticultura, a fruticultura e a vinha, as áreas convertidas ao modo de produção biológico foram mínimas, sendo o subsídio existente insuficiente para motivar a conversão. A pecuária em modo de produção biológico iniciou-se mais tarde que a produção vegetal. Isto deve-se ao facto de a pressão política exercida pelas associações de agricultura biológica se ter inicialmente dirigido sobretudo para a produção vegetal, e de a transferência da legislação europeia em matéria de pecuária biológica para o direito Português ter sido demorada.

A transição de agricultura convencional para agricultura biológica acarreta riscos. Os riscos estão sobretudo relacionados à necessidade de fazer investimentos, que podem ser investimentos em infra-estruturas e na aprendizagem de novas práticas. Também há o risco de perda de produção por pragas e geralmente há perdas de produtividade iniciais. Estas perdas de produtividade após a conversão estão associadas à redução da disponibilidade de nutrientes num solo empobrecido, pela exploração agrícola convencional, e ao qual se deixa de adicionar adubos de síntese facilmente solúveis. No entanto, à medida que o solo vai recuperando, e a vida do solo e a matéria orgânica se restabelecem, a produtividade aumenta novamente.

Existem produtores com dificuldade em vender a sua produção e existem consumidores que têm igualmente dificuldade em ter acesso a produtos biológicos!

Assim, em supermercados e lojas que vendem produtos biológicos, grande parte dos produtos é importada. Apenas em cooperativas e mercados biológicos os produtos nacionais e locais predominam.

Também existe algum debate sobre a "convencionalização" do modo de produção biológico. Como o Regulamento válido na União Europeia define a Agricultura Biológica pelo não uso de certos aditivos, mesmo em explorações biológicas. Exemplos de práticas menos sustentáveis que podem ser usadas em agricultura biológica são o uso de monoculturas, mobilização do solo em alturas que favorecem a erosão do solo e rega inapropriada. Estes problemas são mais pertinentes na produção de hortícolas, frutas e na pecuária, sectores ainda pouco desenvolvidos em Portugal.

Além da agricultura biológica, existem outras formas de agricultura que se poderia posicionar entre a agricultura convencional e a agricultura sustentável. São o primeiro passo no sentido certo. Aqui consideramos apenas a produção integrada e a mobilização de conservação do solo. A **produção integrada** corresponde a uma redução do uso de pesticidas e adubos químicos, adaptado às "necessidades" das plantas cultivadas, reduzindo o excesso de químicos armazenados nas plantas e na água. No entanto, os produtos químicos usados evitam uma recuperação da vida do solo e da biodiversidade associada ao sistema agrícola. Por isso, a agricultura integrada não torna os adubos e os pesticidas obsoletos gradualmente, mas corresponde ao seu uso mais deliberado. A **mobilização de conservação do solo** corresponde a uma técnica de minimização da mobilização do solo através da sementeira directa num solo não lavrado. Este método protege os organismos do solo e evita a erosão. No entanto, frequentemente o recurso a herbicidas é aumentado em relação à produção convencional.

A **agricultura portuguesa**, assim como muitos outros sectores da nossa sociedade, apresenta graves problemas estruturais que comprometem a sua imposição no mercado global. Não obstante os financiamentos existentes nesta área, os resultados teimam em não ser visíveis, e o sector é visto por uma maioria da população como um parasita que vive às custas de subsídios. Também a esta imagem se junta um desajustado conceito de antiga agricultura de subsistência e por falta de interesse da parte dos jovens por este sector. No entanto, não é esta a realidade. As novas gerações, cada vez mais voltadas para as problemáticas ambientais e mais sensíveis aos novos métodos de produção, exigem melhores qualificações e melhor capacidade de resposta aos seus anseios e projectos. É necessário que as entidades responsáveis pela formação de jovens ligados a este sector passem a encarar o ensino de uma forma mais empreendedora, estimulando uma dinâmica interna capaz de impulsionar os jovens para a criação dos seus próprios projectos de investimento e de negócio. E ajudar a ir mais além. Pois não é apenas necessário implementar, como manter e solidificar essas mesmas empresas, de modo a que, como já vários casos o demonstram a nível nacional, possam ser unidades fomentadoras de desenvolvimento regional e geradoras de postos de empregos nas regiões onde estão inseridas. Os jovens agricultores não se revêem nestes últimos anos da agricultura portuguesa. Enquanto se esperavam reestruturações do IFADAP e do Ministério da Agricultura, muitos jovens empresários agrícolas perderam oportunidades de negócio e de crescimento oportuno dos mesmos, adiando assim a implementação da sua empresa. Com a entrada em vigor deste último quadro comunitário de apoio, espera-se que os mesmos erros não venham a ser

cometidos, no entanto, os problemas estruturais do sector são transversais a toda a sociedade, e o que interessa fomentar aqui não é o simples número de projectos aprovado, mas sim a viabilidade e a inovação dos projectos em si. Pois só desta forma conseguirão um lugar competitivo no panorama nacional e internacional. E Portugal tem um potencial muitas vezes desprezado.

Eficácia Fiscal

No âmbito do mercado único europeu perdemos a Política Cambial e Monetária, resta-nos a Política Orçamental e Fiscal. Na política fiscal o Estado Português tem-se especializado muito na colecta e muito pouco na diminuição da burocracia, na eficácia do sistema e na célere arbitrariedade fiscal.

Reforma para um modelo mais eficaz e menos burocrático

Quando temos uma taxa progressiva como a actual no Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS), em que quanto mais se ganha maior é o imposto colectável, estamos a criar um grande desincentivo ao trabalho e à criação de riqueza. Uma taxa fixa de imposto, única para todos, seria muito mais eficiente para promover o trabalho. Contudo, não nos podemos esquecer da importância social do efeito "Robin dos Bosques" - "tirar aos mais ricos para dar aos mais pobres", mas mesmo assim seria mais eficaz praticar uma taxa positiva e única com um nível de isenção relativamente alto. Por exemplo, quem ganhar até um tecto de 35 mil euros por ano não pagaria nada ao fisco. A partir deste tecto de 35 mil euros por cada euro que se ganhe a mais, teria de se pagar, por exemplo, uma taxa única de 30%. Numa perspectiva de maior sensibilidade social, poderia ser criado um limite, por exemplo 35 mil euros de rendimento anual em que o contribuinte nesta situação poderia usufruir de uma ajuda estatal através de uma taxa negativa de, por exemplo, 30% por cada euro. Este sistema implicaria uma extraordinária diminuição de todo o sistema burocrático de que hoje somos objecto na sociedade, o sistema seria mais prático e igualmente justo socialmente.

Reflectirmos num modelo radical

Esta proposta nunca foi experimentada em nenhum país, no entanto, deveremos reflectir sobre as suas vicissitudes e repercussões, tentado criar um sistema em que não se taxava o "rendimento" mas sim e só o "consumo", cobrando neste caso só o Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA). O rendimento é igual ao consumo mais a poupança. Quando se cobra somente o IVA está só a incidir-se sobre o consumo, mas temos que considerar que toda a poupança será transformada em consumo no futuro. Quando se cobra IRS e IVA simultaneamente, está-se a taxar duplamente as poupanças e a criar mecanismos de distorção. **Justiça Social em causa?** Se um cidadão X ganha 1000 euros e gasta 100 euros, e outro cidadão Y ganha 300 euros e gasta os mesmos 100 euros, têm respectivamente o mesmo nível de vida, pois gastam apenas 100 euros. Porque é que X deverá ser mais taxado do que Y? Afirmar que X poupa mais e é mais rico, apenas significa que no futuro poderá consumir mais, e quando consumir mais automaticamente estará a pagar mais imposto. O ponto de referência para medir o nível de vida está no quanto consumimos e não no que poupamos.

Para já:

A Política Fiscal em países da zona euro da União Europeia ganha especial relevância quando esta é a única medida financeira que os executivos têm para estimular a economia, sendo que a política monetária ficou a cargo do Banco Central Europeu que acaba por seguir sempre a conjuntura mundial esquecendo, como é natural, os problemas individuais de cada país.

A JSD, enquanto estrutura reformista, tem que defender algo que nos possa colocar no topo dos sistemas fiscais.

Como é do conhecimento geral, o sistema fiscal nacional é burocrático e excessivamente complexo, sendo esta, na opinião de especialistas, um entrave à entrada de investimento estrangeiro em Portugal.

Tendo em conta este cenário, a JSD, enquanto estrutura reformista, tem como objectivo a defesa de um sistema fiscal justo, leve, simples e competitivo. As propostas são as seguintes:

- ▶ IRS – Simplificação do CIRS com a eliminação das deduções específicas por agregado familiar, mas descendo de forma significativa as taxas dos escalões de forma a criar um sistema mais justo e menos burocrático;
- ▶ IRS – Criação de mais escalões dentro dos rendimentos, até 60 000 euros ao ano, e aumento da taxa máxima para 50% para rendimentos superiores a 250 000 euros;
- ▶ IRC – Criação de uma taxa verdadeiramente progressiva, para que as micro e pequenas empresas familiares tenham uma tributação inferior;
- ▶ IRC – Simplificação do CIRC de forma a atrair mais investimento estrangeiro para o país. Baixar a taxa;
- ▶ IRC – Redução da taxa de imposto sobre os lucros das empresas (IRC) para 0% e passar a tributar apenas a distribuição de dividendos aos accionistas, à semelhança do que acontece já hoje na Estónia. Esta medida iria permitir a Portugal ser o primeiro país da União Europeia a 15 a ter um factor de competitividade imbatível para atrair mais investimento nacional e internacional, aumentando assim o emprego e riqueza.

Habitação

O problema da habitação é, hoje em dia, uma das questões que mais preocupa os jovens portugueses, estes são, segundo as últimas estatísticas europeias, os que mais tarde saem de casa do seu agregado familiar.

O nosso país tem um mercado imobiliário em que se praticam valores exorbitantes, quer no que toca ao arrendamento quer em relação às transacções imobiliárias.

Acresce que as políticas de apoio aos jovens nesta matéria têm-se revelado absolutamente insuficientes. O Governo do PS, ao longo da sua governação, não aplicou qualquer medida efectiva com vista a estimular os jovens para comprar, renovar, ou arrendar casa. Pelo contrário, sob a alçada de uma política de arrendamento jovem, alteraram os critérios de selecção deste programa, que actualmente são de grande injustiça social.

Mais uma vez foi revelada a absoluta insensibilidade deste Governo, deste Primeiro-Ministro e deste Secretário da Juventude e do Desporto, para com os problemas do país.

Como tal, urge implementar uma série de medidas concretas com vista a estimular os jovens para comprar, renovar, ou arrendar uma casa a um ritmo muito superior ao que hoje as suas limitações económicas lhes permitem.

Assim, entendemos fundamental:

- ▶ A requalificação dos centros históricos celebrando protocolos entre senhorios, Administração Central, autarquias e empresas de construção civil, de forma a restaurar e rentabilizar os prédios devolutos existentes nas grandes cidades. Estes protocolos deverão especificar o preço máximo de revenda ou do contrato de arrendamento, de forma a evitar que se aproveitem tais incentivos para a especulação imobiliária;
- ▶ A criação de um Programa Nacional de Coordenação de Habitação para Arrendamento ou Venda a Jovens, nomeadamente, nas zonas em reabilitação nos centros urbanos e nas zonas desertificadas do interior rural;
- ▶ A instituição de um regime de incentivos ao arrendamento que promova o estímulo da oferta (senhorios) através da alteração das regras de tributação das rendas, no caso de se sujeitarem a rendas de valor controlado pelo Estado. Deste modo, permite-se que (i) os jovens cedam ao mercado de arrendamento, (ii) se coloque ao abrigo do sistema fiscal um conjunto de contratos que actualmente estão fora do sistema (iii) apoiar os jovens sem onerar os cofres do Estado e sem que se pratique uma política de natureza assistencialista;
- ▶ A criação de Incentivos Fiscais em sede de Imposto Municipal sobre Transmissão de Imóveis e em sede de Imposto Municipal sobre Imóveis;
- ▶ O reforço das verbas atribuídas aos programas de arrendamento jovem, incentivando o arrendamento jovem efectuado por grupos de jovens estudantes deslocados (inserindo assim os proprietários na esfera fiscal por força da tributação de rendas recebidas), redistribuindo parte dessa tributação para os programas de apoio aos estudantes deslocados;
- ▶ Criação de uma linha de crédito a taxa zero, para os custos de arrendamento jovem de estudantes deslocados, com base na apresentação de recibos;
- ▶ Isenção em sede de IVA para todos os materiais e serviços prestados em obras de remodelação, beneficiação, renovação, restauro e conservação em imóveis de habitação permanente, adquirida por jovens até 30 anos;
- ▶ Isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas na aquisição de imóveis habitacionais adquiridos por jovens até aos 30 anos, que necessitem de intervenções profundas ao nível das condições de habitabilidade, localizados no interior das cidades.

Cultura da Água

A água é já considerada por muitos como o "ouro/petróleo" de amanhã, desta forma, deveremos desde já tomar a dianteira na sensibilização e discussão de uma política consertada para este recurso natural. O acesso à água está cada

vez mais ameaçado, assim como as suas funções fundamentais nos processos ecológicos. As catástrofes associadas à água têm efeitos mais graves e são cada vez mais frequentes. Há cada vez mais excluídos do usufruto da água em condições adequadas, como alimento, como factor sanitário, como meio ambiente e como recurso de produção.

Muitos dos produtos que utilizamos diariamente exigem a utilização, directa ou indirecta, de água. **Sabia que:**

- ▶ De cada vez que bebemos uma chávena de café, utilizamos 140 litros de água;
- ▶ Por cada quilo de carne de vaca consumido, utilizamos 16 000 litros de água;
- ▶ O fabrico de uma t-shirt de algodão exige o consumo de 2 000 litros de água.

Mentalidade

Tales de Mileto dizia que "a água é o princípio das coisas", e a nova cultura deverá assentar, antes de mais, na ideia de que a água não é uma propriedade pessoal, mas sim **um recurso da humanidade**. Portanto, devemos continuar a utilizar a água sem aquela preocupação de poupança, mas sim de forma racional e sem desperdícios. Agora não devemos mudar hábitos de uma determinada cultura, que é uma cultura ocidental e cujo salto ao nível da saúde pública se deve ao avanço dos sistemas de saneamento básico. Nessa perspectiva, devemos promover debates, mesas redondas e comunicações técnicas e científicas, para divulgar e debater os temas e problemáticas associados aos recursos hídricos junto de investigadores, técnicos, gestores e decisores a operar no mundo da água que afinal é o mundo de todos nós.

Comportamentos

Para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos é necessário repensar as estratégias de gestão dos mesmos e apostar no aumento da eficiência na utilização da água. As estratégias e medidas implementadas a nível governamental são fundamentais, mas não suficientes. Mas o mais importante é uma **mudança profunda de comportamentos de cada um de nós**, que traduza em pequenos gestos no dia-a-dia, como: fazer a leitura regular do contador, tomar duchas rápidas e evitar os banhos de imersão, regar o jardim de manhã cedo ou ao início da noite, quando a evaporação é menor, etc. Algumas acções que podemos realizar facilmente em casa, com resultados positivos na conservação dos recursos hídricos e no orçamento de cada família.

Políticas

A Legislação deverá ter uma **abordagem global**, aumentando assim a capacidade do Governo poder intervir, e contribuindo para que todo o país seja coberto por uma rede em alta. Por outro lado, é fundamental que os privados entrem nas redes em baixa, porque o Estado não vai ter capacidade para fazer os investimentos que são necessários nesses sistemas. Temos que entender que se devem gerir os recursos hídricos por bacias, e portanto fazer a gestão por

regiões hidrográficas. Actualmente, não introduzem qualquer alteração no sentido da **protecção da água**, promovem, pelo contrário, o licenciamento desregrado, fazendo depender a sobrevivência das entidades licenciadoras do rendimento das taxas.

Inovação Tecnológica

Entendemos, assim, que o investimento contínuo na melhoria das condições e capacidades individuais de investigação é uma porção muito importante, senão mesmo a mais importante, da política de ciência, tecnologia e inovação. Assim, é necessário:

- ▶ Garantir que os investigadores sejam apreciados, incentivados e apoiados, dispondo de material necessário para realizarem a sua missão. Deve ser dada especial atenção à fase inicial da carreira dos investigadores, visto que tal contribui para as futuras escolhas e reforça o interesse em carreiras de ciência, tecnologia e inovação;
- ▶ Desenvolver carreiras sustentáveis para os investigadores, tomando em consideração os requisitos gerais enunciados na Carta Europeia do Investigador;
- ▶ Eliminar os obstáculos jurídicos e administrativos ainda existentes que impeçam a mobilidade entre instituições de ciência, tecnologia e inovação;
- ▶ Promover a captação de recursos humanos qualificados pelo tecido empresarial, rejuvenescendo a capacidade de inovação das empresas e promovendo a sua competitividade, incentivando as empresas a promoverem a Investigação e Desenvolvimento no seu seio ou em parceria com o Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Universidades - Comunidades - Empresas

A efectiva aplicação do Princípio Tripla Hélice integra uma consolidada e próxima relação entre as universidades, a comunidade e as empresas. Para implementar este princípio é crucial a aplicação de um efectivo modelo tecnológico que permita a difusão do conhecimento e assegure a disseminação da inovação entre as universidades, a comunidade e os principais *stakeholders* das empresas. O principal objectivo deve assentar numa revolução de processos, onde as universidades contribuam efectivamente como força motriz do desenvolvimento e da inovação. O caminho deve ser fácil e directo, comportando a necessidade de uma regeneração das mentalidades e de injeção de massa crítica nas empresas. Uma possível solução para esta implementação pode passar pela realização do seguinte processo:

- ▶ As universidades devem promover uma política de aproximação ao tecido empresarial e fomentar uma relação de confiança com o mercado;
- ▶ A eficácia deste modelo assenta numa relação suportada num projecto com vida delimitada e objectivos claramente definidos;
- ▶ As universidades devem indicar um professor que acompanhe a actividade e evolução do projecto;
- ▶ As universidades devem promover a realização de Estágios Curriculares em empresas, assegurando a consecução efectiva do projecto e

garantindo uma política de continuidade depois de o aluno terminar o seu grau de formação;

- ▶ As empresas devem estar disponíveis para receber estudantes, conferindo-lhes as condições de trabalho e entendendo os seus contributos como uma mais valia. As empresas devem promover uma relação de trabalho profícua que melhore a sua competitividade e assegure a inovação progressiva dos seus processos;
- ▶ A comunidade sairá claramente reforçada com universidades focalizadas nos problemas reais das empresas, estudantes com maior experiência e um melhor conhecimento da realidade empresarial, e empresas com melhores processos e melhor competitividade.

Natalidade

O fomento da natalidade pela sua urgência e amplitude implica a procura de um consenso nacional, à margem de lutas partidárias, com vista à definição de uma estratégia de longo prazo. Só desta forma se poderá agir de forma preventiva e, simultaneamente, contribuir para que Portugal possa tirar partido das oportunidades que também se detectam numa política de fomento da natalidade. As mudanças provocadas pela demografia vão seguramente obrigar à tomada de opções em domínios de políticas públicas, entre outras, desde a política fiscal e do financiamento da Segurança Social até às políticas de ordenamento do território, da organização das cidades, dos tempos livres, do turismo, da cultura, do lazer, da saúde, da administração local, do comércio, da justiça, da imigração e da segurança. No ano passado, pela primeira vez registaram-se mais mortes do que nascimentos. Recentes estudos vindos a público revelam que aproximadamente no ano de 2050 os portugueses residentes em território nacional serão cerca de 7 milhões. Por outro lado, Portugal terá em 2050 uma das percentagens mais elevadas de habitantes com mais de 65 anos (32%) na UE a 25, depois de Espanha (36%), Itália (35%) e Alemanha e Grécia (32%) (Fonte: Eurostat). Nas últimas décadas, as taxas de fecundidade na Europa sofreram uma marcada redução. A taxa de fecundidade na UE 25 é inferior ao mínimo necessário para a renovação das gerações (cerca de 2,1 filhos por mulher) e em muitos Estados-Membros atinge mesmo menos de 1,5 filhos por mulher. As projecções apontam para um aumento limitado a 1,6 filhos por mulher até 2030 (Fonte: Eurostat).

De forma a combater eficazmente esta carência da taxa de fecundidade propomos:

- ▶ Flexibilização do mercado de arrendamento, como forma de fomento do acesso à habitação e incentivo à constituição de jovens famílias;
- ▶ Alargamento do tempo de licença de maternidade para um ano, a usufruir pelo pai ou pela mãe, com os objectivos de um maior acompanhamento dos pais em relação ao recém-nascido e de uma maior estabilidade no núcleo familiar. O período de Licença poderá alargar-se a dois anos correspondendo, neste caso, a 50% do rendimento;
- ▶ Reforço do papel das autarquias, órgãos com maior proximidade dos cidadãos e famílias. De forma a otimizar meios financeiros, humanos e

infra-estruturas e evitar a duplicação de intervenções, devem ser-lhes atribuídas competências próprias e, naturalmente, mais recursos que lhes permitam uma implementação e gestão das políticas de família, a nível local, mais eficiente. Esta modificação do enquadramento legal permitiria melhorar situações relacionadas, sobretudo, com a provisão dos serviços de acolhimento de crianças (creches), de educação, de ocupação de tempos livres, de desporto e de transportes públicos locais;

- ▶ Empresas com mais de 250 trabalhadores teriam de possuir jardins de infância próprios para os filhos dos empregados;
- ▶ O ramo vida, em termos de seguros, sai mais caro às mulheres que aos homens por causa dos riscos inerentes à gravidez, numa atitude discriminatória e intolerável que deve cessar;
- ▶ Devem ser criados incentivos fiscais proporcionais a famílias com mais de dois filhos;
- ▶ Horários de trabalho flexíveis e licenças de curto prazo para resolução de questões relacionadas com a família.

O Problema da Discriminação e Igualdade do Género

A implementação de políticas de incentivo à natalidade, de âmbito fiscal ou social, tem de ser acompanhada pela prevenção de situações de desigualdade de géneros.

Entre 2005 e 2006, a diferença de salários entre homens e mulheres em igualdade de circunstâncias aumentou 8,9%. Decorrendo disto e agravando a situação, o subsídio de desemprego pago às mulheres em 2007 representava menos 21,1% que o pago aos homens. Os valores pagos às mulheres estão abaixo do limiar da pobreza, também no subsídio social de desemprego e diminuíram entre 2006 e 2007. (Fonte: Eurostat)

Em 2004, a taxa média de desemprego nas mulheres era 1,8% superior à dos homens. Durante a governação Sócrates, esta diferença acentuou-se consideravelmente – em 2006, a taxa média de desemprego nas mulheres era 2,5% superior à dos homens e, em 2007, atingiu 3% mais (Fonte: INE).

A situação é tão mais sensível por não se tratar, maioritariamente, de um tipo de discriminação directa mas de uma discriminação resultante de questões estruturais e de segregação sem enquadramento legal adequado.

A discriminação salarial tende a aumentar com o nascimento do primeiro filho e as mulheres continuam a reechar a via judicial na resolução de discriminações deste género, sob pena de passarem da situação de remuneração injusta à situação de desemprego.

Agravando isto, as medidas de incentivo à natalidade tendem a aumentar a discriminação de que as mulheres são vítimas por parte das entidades empregadoras.

Com as dificuldades que os casais jovens atravessam, como esperar o aumento da taxa de natalidade se esta contribuir para o aumento de uma discriminação já acentuada e resultar numa situação de desemprego da mulher?

Enquanto esta situação se mantiver, o mercado laboral será, para as mulheres, sinónimo de precariedade, o que se reflectirá negativamente na opção pela maternidade.

Não podemos deixar que subterfúgios legais discriminatórios resultem na anulação das políticas de incentivo à natalidade!

Assim, propomos:

- ▶ A obrigatoriedade de auditorias aleatórias às empresas com o mínimo de 20 trabalhadores, bem como a publicação de rankings;
- ▶ A aplicação de coimas no caso de não cumprimento da divulgação de dados salariais, a requerer pela Inspeção do Trabalho ou organismo competente em matéria de Igualdade;
- ▶ A perda de direito a fundos (comunitários, nacionais ou locais) e penalizações na adjudicação de contratos públicos. Os processos de adjudicação de mercados e/ou contratos públicos deverão, portanto, conter uma cláusula de igualdade de remuneração;
- ▶ A atribuição de vantagens fiscais, de acesso a medidas de apoio (nacionais, locais e comunitárias) para empresas que respeitem e cumpram a paridade de género.

Turismo

Defendemos a procura de um modelo de oferta-procura turística baseado nos recursos turísticos locais e na diversificação, operacionalizando também a análise dos potenciais de carga turística que os espaços suportam.

Por isso, achamos que se deve proceder a uma avaliação ex-ante do potencial de desenvolvimento turístico (nos domínios sócio-económico, ecológico e dos recursos turísticos) nos diversos contextos territoriais, pois só desse modo será possível fundamentar a definição de estratégias de desenvolvimento estrutural para este sector.

Nesse sentido, propomos:

- ▶ A avaliação da relevância social e económica da actividade (relação custo/benefício);
- ▶ A avaliação do potencial de atracção dos recursos, fundamentando o esforço de investimento;
- ▶ A avaliação dos níveis de sensibilidade dos recursos face aos usos e necessidades de infra-estruturação associados à procura e oferta turística;
- ▶ A identificação dos níveis de fluxos turísticos, existentes ou projectados, no sentido de aferir a intensidade de carga.
- ▶ O estudo de uma nova forma, mais eficaz, da organização turística de base regional, a implementação de processos de controlo das condições ambientais do desenvolvimento turístico;
- ▶ A concretização de uma política de ordenamento dos espaços turísticos, no sentido de definir e delimitar as zonas com interesse turístico, estabelecer os regimes e normas de uso, ocupação e transformação do solo, fixar prioridades para o desenvolvimento e definir tipos de turismo e correspondente localização.

Globalização

«*Comment voulez-vous gouverner un pays où il existe 246 variétés de fromage?*»

Charles de Gaulle no *Les Mots du Général*, Ernest Mignon, 1962

Europa e Portugal – Recessão/Estagnação em 2009

Mercado Europeu

Confirmaram-se as previsões de um segundo trimestre consecutivo de queda real do PIB na Zona Euro (-0.2% no 3.º trimestre, o mesmo registo dos três meses anteriores), incluindo variações negativas na Alemanha (-0.5%), Espanha (-0.2%) e Itália (-0.5%), e uma virtual estagnação em França (0.1%). Independentemente da definição técnica de recessão (dois trimestres consecutivos de queda do PIB), a recessão é sem margem de dúvida uma realidade. Esperam-se quedas em rubricas que num passado recente demonstraram bastante dinamismo (investimento e construção), mas igualmente no consumo privado e nas exportações. **O que poderemos esperar desta recessão?** A Zona Euro registou quatro recessões, estando agora a entrar na quinta. As anteriores recessões (a primeira no início da década de 70, duas na primeira metade dos anos 80 e a última no início dos anos 90) foram relativamente suaves. A mais prolongada foi a de 1992, com quatro trimestres consecutivos de recuo do PIB. Na actual recessão, espera-se uma contracção mais prolongada da actividade, possivelmente com quedas trimestrais até meados de 2009. Apesar das descidas esperadas dos juros de referência, o próximo ano continuará, seguramente, a ser marcado por uma elevada aversão ao risco e, conseqüentemente, por uma reduzida disponibilidade de cedência de liquidez.

Economia Nacional

A estimativa divulgada recentemente pelo INE veio revelar uma situação de estagnação da economia portuguesa, no período compreendido entre Julho e Setembro de 2008 que contraria em muito os cenários do Governo Socialista para o actual Orçamento de Estado. A ausência de crescimento (0% de variação do PIB no trimestre e 0.7%, em termos homólogos), após uma variação de 0.3% no 2º trimestre, constituiu, apesar de tudo, um resultado menos negativo do que o verificado na Zona Euro (variação negativa de 0.2%), que entrou numa situação de recessão técnica (dois trimestres de crescimento negativo). Apesar do desconhecimento da evolução das componentes da procura, admite-se que o estímulo externo ainda tenha sido relativamente favorável. No entanto, a deterioração da actividade nos principais parceiros comerciais de Portugal – a Alemanha entrou já em recessão técnica, a Espanha contraiu-se (-0.2%) no 3º trimestre e a França manteve-se praticamente estagnada (0.1%) – não indicia um estímulo favorável para a economia portuguesa na parte final do ano. A economia portuguesa poderá apresentar um crescimento anual de 0.6% em 2008, mas em 2009 seguramente inferior. O índice de preços no consumidor observou uma variação de -0.2% em Outubro (0.5% no mês anterior), o que fez recuar a variação homóloga de 3.1% para 2.3% e manter a inflação média anual

em 2.9%. Esta evolução assentou, fundamentalmente, no contributo muito favorável da vertente dos combustíveis e lubrificantes para equipamento.

Lusofonia e Língua Portuguesa

Encontrando-se no âmbito alargado do grupo de países que participam na CPLP – algumas das economias que, actualmente, com mais velocidade crescem em todo o mundo, e alguns dos maiores detentores de recursos naturais do planeta – ,é do maior interesse dos países mais avançados investirem nestes territórios, constituindo Portugal, em muitos casos, um parceiro estratégico privilegiado pelas relações que com eles sempre manteve e cultivou. Resulta assim uma necessidade sentida por muitas organizações (políticas, governamentais, empresariais, etc.) de todo o mundo em apostar no conhecimento da cultura lusófona para estreitar relações com estes países, nomeadamente através da necessidade de ter nos seus quadros quem fale português, como peça chave da estratégia de investimento.

Alguns dados relativos à CPLP sobre os quais deveremos reflectir:

- ▶ Dos oito países que a constituem, encontram-se economias emergentes (Brasil) e alguns dos países mais ricos a nível de recursos naturais do mundo (Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste);
- ▶ Agrupa países, culturas e nações de quatro continentes (África, América do Sul, Ásia, e Europa), só entre os seus Membros Efectivos. De facto, se contarmos com os Observadores Associados – República de Maurícia, República da Guiné Equatorial e República do Senegal – e com os Países Oficialmente Interessados – Andorra, Marrocos, Filipinas, Comunidade Autónoma da Galiza, Macau, Goa/Damão/Diu/ Dadrá e Nagar Haveli, Malaca, Croácia, Roménia e Ucrânia – conseguimos reunir um grupo de interesses convergentes que agrupa treze línguas, 22 comunidades com algum grau de autonomia e outros tantos povos e nações;
- ▶ Os seus Membros Efectivos representam um território no total de 10 742 000 km² (maior do que o Canadá) com uma população de cerca de 223 milhões de pessoas (quase o dobro da Rússia), os quais partilham, em grande grau, um passado comum e interesses futuros com os quais objectivamente se identificam.

Graças à existência da cooperação no seio desta Organização, e muito se devendo ao trabalho feito no seu âmbito, conseguiu-se, por exemplo, instituir reformas democráticas na Guiné-Bissau, de forma a normalizar o ambiente sociopolítico de grande instabilidade que se vivia desde a independência deste país, sobretudo no período posterior a 1984, marcado por diversos golpes de estado.

Fica também, em grande parte, a dever-se ao trabalho desenvolvido pela CPLP, as reformas económicas que permitiram a estabilização do regime são-tomense, depois do período conturbado que levou ao golpe de estado de 2003.

As dificuldades estruturais por que passam muitos países da África Lusófona, nomeadamente no que toca à aposta num sistema de ensino estruturado e abrangente, é motivo frequente de pedidos de auxílio, dentro do âmbito da CPLP,

para que estas falhas sejam colmatadas. A solução passa muitas vezes pela instalação de pólos do Instituto Camões que abranjam, não só as principais cidades, mas também grande parte das áreas rurais.

De facto, graças a esta colaboração, a língua portuguesa encontra-se rapidamente a emergir como um dos principais idiomas da África Austral, onde é também ensinada em escolas na Namíbia e na África do Sul (este último, um país com uma grande comunidade lusófona).

Por outro lado, da perspectiva dos países que colaboram *lato sensu* na CPLP, a aposta no ensino do português é fundamental, uma vez que este é, na maioria dos casos, língua franca para a comunicação no âmbito do comércio e, sobretudo, com os parceiros economicamente mais fortes, como Portugal e Brasil.

Se juntarmos estes pontos anteriores ao facto de o português ser, actualmente, falado por um número de pessoas em todo o mundo que se situa algures entre os 177 e os 191 000 000 – tornando-a a 6ª língua mais falada no mundo – podemos ver porque é que o investimento na Lusofonia é uma mais-valia deste século.

Porque não há problemas, há desafios. Actualmente, num mundo globalizado que está a permitir que muitos países menos avançados descubram as suas potencialidades e se desenvolvam a um ritmo alucinante é, mais do que nunca, fulcral que a concertação político-diplomática entre os membros da CPLP e os seus parceiros seja reforçada para que se possam abordar os problemas comuns com uma estratégia coerente que possa aproveitar as vantagens competitivas de cada um, colmatando as falhas individuais. Numa perspectiva mais interna é necessário continuar a estreitar laços de cooperação em diversos domínios, como educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social – campos estratégicos no século em que vivemos – de forma a permitir uma estreita cooperação que se baseie na herança comum, mantendo as diferenças. É de assinalar que o modelo de integração europeu – o mais avançado modelo de integração do género – se baseou em laços muito mais difusos e menos consistentes.

Finalmente, deve continuar-se a apostar na promoção dos diversos elementos culturais que todos partilhamos em comum, com a língua portuguesa no centro.

Porque não há soluções, há caminhos. É necessário aprender com exemplos actuais e passados para estruturar uma estratégia comum de maior integração entre os países da CPLP, que permitam uma cooperação efectiva, fácil e contínua no seu âmbito, para que países, por serem tão díspares, se complementem os seus problemas com soluções. Devemos começar a olhar para os Países Oficialmente Interessados e tentar encontrar qual o lugar que estes possíveis membros da CPLP poderão ocupar no âmbito dela, bem como começar já a trabalhar activamente com eles, de forma a aproveitar ao máximo o interesse que demonstram em expandir a lusofonia, algo que se revelaria excepcionalmente vantajoso por motivos diversos, como seja a promoção de interesses e auxílio das comunidades lusófonas nesses países – com todas as vantagens daí resultantes.

Finalmente, devemos aproveitar as posições privilegiadas que países lusófonos detêm – como Portugal, no âmbito da EU – que possam servir de elo de ligação essencial – ou, pelo menos, facilitador – para asseverar uma melhor e mais eficaz cooperação a este nível.

Imigração

No nosso país é incipiente uma reflexão profunda sobre o fenómeno da imigração. Uma má política de integração das novas comunidades de imigrantes em Portugal ou a inexistência da mesma, poderá levar a problemas graves como: criação de guetos, segregação racial, delinquência, crime, insegurança, entre outros fenómenos de instabilidade social. Por isso deveremos criar mecanismos que ofereçam uma solução integrada de reforço da lei, a reafirmação da nossa nação como uma moderna sociedade de acolhimento de outros povos, e que se evite a exploração do trabalho ilegal e que garanta a segurança das comunidades.

- ▶ **Combater a exclusão** – Portugal foi sempre um povo que ao longo da História mostrou uma capacidade inquestionável de relacionamento com diferentes comunidades em todo o mundo. Há milhares de imigrantes em Portugal a viverem em situações deploráveis – estes casos põem em causa os valores da sociedade que sempre defendemos (ex. Cova da Moura, ...);
- ▶ **Melhorar o nosso sistema de imigração** – Todos os anos milhares de imigrantes entram no nosso país e permanecem de forma ilegal. A maioria vem para Portugal com a esperança de que, através de trabalho empenhado e sacrifício, possam proporcionar uma vida melhor às suas famílias. Nós acreditamos que deveremos agilizar a carga burocrática do processo de legalização para equilibrarmos de forma eficiente “o mercado” – nomeadamente as necessidades dos trabalhadores portugueses e da economia real, permitindo a legalização a níveis que conjuguem a procura existente de emprego e a mão de obra disponível em Portugal;
- ▶ **Fronteiras seguras** – Torna-se evidente, que no contexto europeu, se caiu na tentação de pensar que estávamos num país onde já não existem fronteiras. Em primeiro lugar, a costa portuguesa e o território insular nacional são limites fronteiriços do espaço europeu e, por isso mesmo, devem ser fiscalizados com meios humanos e técnicos capacitados com mecanismos modernos de “*real-time intelligence*”. Por outro lado, devem ser desencadeadas operações de fiscalização nas principais vias de acesso ao país na fronteira com Espanha. Estão a tornar-se mais frequentes as entradas massivas de imigrantes ilegais por via marítima e terrestre. Só assim poderemos criar um sério desincentivo à entrada ilegal de imigrantes, e promover todos os processos e pedidos oficiais de legalização que ocorrem cada vez em maior número e permitem uma integração mais eficaz de acolhimento na sociedade;
- ▶ **O Imigrante legal deverá ser integrado na Democracia Portuguesa como um cidadão de plenos direitos e garantias.**

Diplomacia Económica

Mais do que nunca, em época de crise económica, é importante estimular a nossa economia. E no contexto de mundo global em que vivemos é indispensável pensar o comércio português no contexto global.

Em primeiro lugar é fundamental que se **credibilize a marca *made in Portugal***. Em segundo lugar é necessário potenciar os canais de escoamento dos nossos produtos.

Consideramos fundamental que se utilizem os instrumentos diplomáticos em prol de mais e melhores exportações nacionais, da internacionalização das empresas portuguesas, da promoção de Portugal como destino turístico e da imagem de Portugal, das empresas portuguesas e das marcas portuguesas no exterior.

Tem de encarar-se a Diplomacia Económica como factor fundamental que é para a sobrevivência da economia portuguesa e como fonte de credibilização para a imagem do nosso país.

Globalização Económica – Uma Oportunidade!

Existe actualmente uma desconfiança face à globalização que torna popular um discurso proteccionista, agravado pela turbulência financeira e o aumento do preço do petróleo e de alguns produtos alimentares.

O actual mercado de trabalho, muito segmentado, deve sofrer alterações profundas no sentido de aumentar a produtividade. Portugal não tomou as medidas necessárias tendo em vista a adaptação do seu mercado de trabalho face aos desafios da globalização.

▶ Competitividade e produtividade empresarial

Hoje em dia há quem defende a promoção do conceito de “campeões nacionais”. O papel da política industrial no mercado Europeu deve ser o de desenvolver a competitividade das suas empresas e o aumento da produtividade na economia, por forma a aumentar o bem-estar geral. Estes objectivos devem ser atingidos através de:

- ▶ Incentivos às empresas para entrarem e saírem do mercado livremente;
- ▶ Atingir uma posição estratégica de primeira linha no mercado internacional;
- ▶ Reestruturar eficientemente empresas e sectores em declínio;
- ▶ Potenciar efeitos externos positivos;
- ▶ Ajudar a coordenar investimentos;
- ▶ Corrigir imperfeições no mercado de capitais.

A protecção dos sectores produtivos deve ser limitada no tempo; deve ter subjacente a existência de compromissos credíveis e estáveis; e deve manter um elevado nível de competição entre as empresas.

Em Portugal parece haver margem para aumentar a competição no sector dos serviços, nomeadamente nos transportes, nas telecomunicações, na saúde, na energia, no conhecimento e nos serviços financeiros. Mas este impulso competitivo não deve menosprezar a regulamentação. No entanto, a regulamentação não deve ser intrusiva e, sobretudo, o “custo de fazer negócio” deve ser reduzido.

► Uma oportunidade de emprego

Os riscos de desemprego surgem sobretudo devido à rigidez do mercado de trabalho na Europa. O aumento das trocas comerciais com parceiros com baixos salários conduz a uma contracção dos sectores trabalho-intensivo e a uma expansão dos sectores com mais formação e capital-intensivo. Mas perante salários pouco flexíveis registar-se-á uma sobre-expansão dos sectores capital-intensivo e uma contracção excessiva dos sectores trabalho-intensivo. O resultado será, naturalmente, a existência de desemprego sobretudo entre os trabalhadores com menos formação. Esta rigidez impedirá a concretização dos ganhos de uma maior integração dos mercados internacionais.

O processo de globalização deverá reduzir a rigidez do mercado de trabalho. Assim, a flexibilidade do mercado laboral pode ser estimulada pela globalização, de forma a que os efeitos adversos a longo prazo no emprego não se concretizem, pois permite as seguintes situações:

- A perda de quota de mercado por parte das empresas nacionais retira também poder à negociação colectiva, logo aos sindicatos. Quanto maior for a competitividade e a possibilidade de deslocalização, menor é o efeito da regulamentação e de medidas como, por exemplo, a greve. Esta alteração das instituições do mercado de trabalho contribuem para limitar o papel dos sindicatos e, assim, reduzir os salários;
- Recorrer a *outsourcing* em economias com salários mais baixos permite reduzir custos e, conseqüentemente, provoca efeitos de escala positivos na procura interna de trabalho com mais formação (efeito semelhante ao verificado com o progresso tecnológico);
- A maior sensibilidade da procura de produtos aos preços tem o efeito indirecto de aumentar também a sensibilidade da procura de trabalho aos salários. Esta maior sensibilidade aumenta o desemprego junto dos trabalhadores com salários mais altos, conduz a uma maior moderação salarial e ao aumento do emprego;
- Apresentar a deslocalização como alternativa de produção dá às empresas uma vantagem nas negociações com os sindicatos, o que em princípio fará diminuir os salários e, conseqüentemente, aumentar o emprego;
- Por último, as trocas comerciais com economias com baixos salários têm melhorado os termos de troca das economias mais avançadas (ou seja, os preços relativos das exportações são maiores que os das importações). Esta situação faz com que o índice de preços da produção aumente relativamente ao índice de preços ao consumidor (atenuado pelos baixos preços das importações). Uma vez que é o índice de preços à produção que determina o emprego, o salário de consumo real pode aumentar à medida que o salário de produção real diminui e, dessa forma, permite aumentar o emprego. Assim é possível aumentar simultaneamente o emprego e o poder de compra dos trabalhadores.

PORTUGUÊS, UM JOVEM GLOBAL

Um dos maiores desafios da globalização é do globalização das pessoas. Para que possam vencer esse desafio, os jovens deverão estar mais preparados, mais integrados, mais internacionalizados.

O jovem cidadão português, nascido em Portugal, deve começar por estar melhor equipado com ferramentas de internacionalização como o domínio de línguas estrangeiras, conhecimentos sobre história, geografia e culturas estrangeiras, e acesso a e domínio das ferramentas da internet. Mas, a disponibilidade dessas ferramentas não é suficiente e não garante mais do que uma globalização parcial. A vivência internacional é essencial! Por isso, deverá haver uma forte promoção da vivência pelos jovens portugueses de experiências no estrangeiro, sejam educativas, profissionais, de solidariedade ou mesmo de turísticas.

A presença e experimentação de culturas, pessoas e ambientes diferentes em países estrangeiros contribui extraordinariamente para a expansão dos horizontes pessoais dos jovens, aumento de conhecimentos e aptidões, incremento da tolerância, e desenvolvimento da autonomia individual e da capacidade de adaptação.

Os programas de intercâmbio estudantil Erasmus e Sócrates, e de intercâmbio profissional Contacto, são importantes mas insuficientes. Não só pela cobertura insuficiente, mas também porque tantas vezes não são mais do que aventuras lúdicas.

O fomento das experiências educativas no estrangeiro deve ser acompanhada pelo esforço de atracção desses jovens altamente qualificados que de outro modo optarão por carreiras profissionais no estrangeiro onde normalmente as condições laborais são mais vantajosas.

Mas, o jovem português global é também o jovem imigrante de primeira ou segunda geração, que tantas vezes é estigmatizado e não consegue integrar-se devidamente no tecido social português. A política de imigração é, por isso, essencial a que os jovens imigrantes em Portugal se sintam e sejam sentidos como verdadeiros portugueses; é uma questão de humanidade, mas também o interesse nacional na harmonia social, na diversidade cultural e no aproveitamento máximo dos recursos disponíveis.

O jovem português global é também o jovem de ascendência portuguesa que vive em países estrangeiros. Portugal dispõe de uma enorme comunidade emigrante em vários dos países mais desenvolvidos do mundo. A internacionalização do País, da sua economia, da sua sociedade e cultura beneficiará muito em aproveitar estes jovens emigrantes como representantes activos da identidade portuguesa. Várias medidas poderão ser tomadas nesse sentido, como sejam iniciativas formativas e lúdicas de fortalecimento dos laços, criação de programas de visita e experiências a Portugal, e o apoio a associações portuguesas das comunidades emigrantes.

Aposta na língua e culturas portuguesas e na lusofonia, bem como na cooperação e assistência internacionais poderão contribuir também a globalização dos jovens portugueses. Tais esforços não só melhoram a imagem dos portugueses no mundo facilitando a sua internacionalização, como aumentam substancialmente as possibilidades de integração e envolvimento dos jovens portugueses em todos esses países, e com todas essas pessoas que conhecem a cultura e língua portuguesas ou beneficiam da cooperação de Portugal.

Uma nova atitude na **POLÍTICA:**

Refundação da JSD

A pessoa humana define-se pela liberdade. Ser homem é ser livre. Coarctar a liberdade é despersonalizar; suprimi-la desumanizar. A liberdade de pensar é a liberdade de ser, pois implica a liberdade de exprimir o pensamento e a de realizar na acção.

Francisco Sá Carneiro – Textos – Primeiro Volume - 1969-1973

A política e os políticos de hoje têm enorme dificuldade em convencer e mobilizar os cidadãos, sobretudo os jovens.

Por força disso, os jovens envolvem-se cada vez menos na resolução dos problemas comuns através da política, e participam cada vez menos na vida partidária.

Isso não significa que os jovens não se preocupem com os problemas comuns, e se tenham alheado totalmente da sua resolução. Os jovens mantêm esse interesse, simplesmente preferem prosseguir-lo de outras formas que não a política.

Várias razões contribuem para isso, mas o desajustamento do velho e ultrapassado modelo, métodos, atitudes e práticas dos partidos é com certeza uma das razões mais importantes.

Mas não tem de ser assim! Os partidos e os políticos podem mudar, devem acordar para os novos tempos, e modernizar-se!

Acreditamos que a nossa geração, que é das mais bem preparadas, bem formadas, e mais abertas ao mundo, tem o dever de protagonizar essa mudança necessária, e que podemos fazê-lo, agora, na JSD!

Este é um momento de viragem! Este é o momento de adopção de uma Nova Atitude, de início da refundação da Política em Portugal!

Foi com esses objectivos de mudança, esperança e inovação que foi solicitada a convocação do Congresso Nacional.

Para o mandato que se inicia, os objectivos centrais são: a implementação de uma Nova Atitude na Política Portuguesa, a modernização radical da JSD, mudar a sua estrutura, métodos, funcionamento, atitude e imagem, tornando a JSD o partido político do futuro!

I - PROBLEMAS QUE QUEREMOS MUDAR

Estudos nacionais e internacionais têm identificados os seguintes problemas como causadores do declínio da situação e importância dos partidos políticos:

- ▶ Declínio da **quantidade** da participação nos partidos, que têm visto diminuir o número daqueles que participam, e o quanto cada um participa;
- ▶ Declínio da **importância e papel dos militantes** dos partidos;

- ▶ O modelo de organização hierárquica que os partidos adoptaram tende a degenerar em **elitismo**, com fechamento do partido dentro de si, e a redução de grande parte dos militantes a um papel simbólico;
- ▶ Transformação dos partidos sobretudo em **plataformas ou máquinas eleitorais**;
- ▶ **Desalinhamento** dos partidos relativamente à sociedade actual, na qual as pessoas se interessam por causas específicas e questões concretas, em vez de se mobilizarem por ideologias, e funcionam e interagem socialmente de formas novas, mais flexíveis, rápidas e descomprometidas, através de novas tecnologias, e em especial a internet;
- ▶ **Descrédibilização** dos partidos e dos seus dirigentes devido a falta de transparência interna, a limitação da participação externa ou de base, e ausência de cultura de mérito;
- ▶ **Falta de qualidade** na produção política, resultante de ausência de esforço intensivo e dedicado de produção política crítica, de inovação, baixa produtividade nos processos internos, e dificuldade de atrair recursos humanos de excelência.

II - SOLUÇÕES DE MUDANÇA

A mudança do modelo do Congresso Nacional foi o primeiro passo do projecto de reforma da JSD. Comparando-o com o modelo tradicional, este XX Congresso Nacional da JSD será mais moderno, mais democrático, mais aberto e virado para a sociedade, mais solidário e atento às reais necessidades da juventude portuguesa, e terá mais discussão e participação política.

Contudo, é necessário fazer muito mais!

Propomos a adopção de uma Nova Atitude na Política portuguesa, e a refundação da JSD como o partido político do futuro, assentes nos seguintes princípios e acções:

1. **Transparência, democraticidade e credibilidade na e da JSD**, através da implementação de novos mecanismos, e novas regras estatutárias e regulamentares que:
 - ▶ Nos processos eleitorais, assegurem a transparência eleitoral, honestidade, e verdadeira democraticidade interna, com verdadeira igualdade de armas para os candidatos, e independência na condução e julgamento de processos eleitorais;
 - ▶ No plano financeiro implementem transparência e rigor contabilístico-financeiro, não só ao nível da estrutura nacional, mas também das jurisdições regionais, distritais e de secção;
 - ▶ Incrementem a abertura e transparência nas reuniões dos vários órgãos da JSD, procurando-se que essas reuniões sejam previamente anunciadas em página da internet, haja possibilidade de envio prévio de comentários e solicitações dirigidas ao órgão a reunir, e sempre que adequado tenham um período aberto à comunicação social e, em alguns casos e com certa periodicidade possam mesmo eventualmente ser realizadas em modo de abertas ao público (não apenas de militantes);

2. Exigência, Qualidade, Inovação, e uma Cultura de Mérito, com Avaliação e Responsabilização pelos desempenhos, nomeadamente mediante:

- ▶ A aposta essencial na formação política, devendo a JSD apostar na criação, por si ou através do Instituto Sá Carneiro (IPSD), de uma Academia Política, que de forma estruturada, permanente e com qualidade preste formação política. A formação política ministrada deve observar, entre outras, as seguintes características:
 - a) Oferta de diversos programas, cujo conteúdo, duração e profundidade sejam adequados ao respectivo público alvo; por exemplo, a formação para autarcas deve ser diferente da formação para deputados, ou dirigentes de estruturas partidárias locais e regionais;
 - b) O corpo docente deve ser de excelência, combinando personalidades consagradas com intervenções menos frequentes, com jovens promissores e de qualidade;
 - c) O programa de formação deve incluir um sistema de incentivos à efectividade da formação (avaliação, *rankings*, reciclagem...), para evitar que as horas passadas em formação não sejam desaproveitadas, e os ensinamentos logo esquecidos;
 - d) A existência de uma academia política não é incompatível com a existência da Universidade de Verão e da Universidade da Europa, embora também os moldes desta última devam ser revistos, sendo importante continuar a existir um evento dirigido a não dirigentes, que simultaneamente sirva como iniciativa de formação, e de captação de jovens politicamente interessados;

Deverá iniciar-se ao nível da JSD e do PSD um debate decisivo sobre a implementação de mecanismos de promoção e incentivo à **formação política universal adequada** dos dirigentes sociais-democratas, bem como dos nomeados e eleitos pelo PSD e JSD para cargos públicos. É incompreensível que o PSD e a JSD defendam como prioridade nacional para Portugal a formação e qualificação de recursos humanos, e até a extensão da escolaridade mínima obrigatória, sem que depois tenham qualquer preocupação com a qualificação dos seus recursos humanos que desempenham interna e externamente funções de responsabilidade que requerem conhecimentos e preparação substantiva e metodológica específica.

- ▶ Criação de unidades de investigação política do tipo *think tank* sob orientação do Gabinete de Estudos da JSD, e que, apoiando-se na participação de jovens voluntários devidamente qualificados, promoverão o estudo e desenvolvimento de propostas políticas de excelência;
- ▶ Criação de uma Equipa Permanente de Apoio (EPA), encarregue de gerir e apoiar intervenção da JSD em processos eleitorais de membros de cargos públicos, e de apoiar o exercício de cargos públicos por membros e indicados pela JSD:
 - a) A EPA será uma estrutura permanente, subordinada à CPN, que para além da utilização dos recursos centrais da JSD ou até de eventuais recursos profissionais próprios, tenha uma estrutura e corpo fundamental compostos por uma rede de contribuidores voluntários;

- b) A EPA intervirá em ambas as fases relevantes dos cargos públicos – processo eleitoral, e exercício do mandato – e desempenhará as seguintes funções essenciais, em cooperação com as relevantes estruturas da JSD (Gabinete de Estudos, Secretaria-Geral, JASD, Equipa Parlamentar da JSD,...):
 - Assessoria substantiva, pré-eleitoral (preparação de diagnósticos e propostas eleitorais) e no curso do exercício dos mandatos (concepção e/ou análise técnico-política de propostas políticas, conforme eleitos da JSD se encontrem no governo ou oposição);
 - Assessoria operacional, com apoio no desenvolvimento de campanhas eleitorais, ou no contacto com eleitos durante o exercício do mandato;

- c) A EPA terá uma Unidade de Fiscalização e Avaliação do exercício de cargos públicos quer pela JSD, quer pela oposição, que no primeiro caso constituirá incentivo à melhoria do desempenho dos eleitos pela JSD, e no segundo garantirá que onde o PSD não ocupe o poder a JSD fará uma oposição mais activa, mais preparada, e mais eficaz;

3. Uma organização descentralizada e menos hierarquizada, com abertura à intervenção e na decisão, e com envolvimento dos jovens em causas específicas e combates a problemas concreto, em vez de exigir adesão a ideologias oferecidas em pacote;

- ▶ Para este efeito deverá ser criada, em complemento à actual estrutura hierárquica de base geográfica, uma estrutura horizontal cuja divisão corresponda a diferentes núcleos temáticos e causas – exemplos: JSD Energia e Ambiente, JSD Comportamentos de Risco, JSD Educação,... Estas estruturas devem funcionar numa lógica e com métodos bastante diferentes e inovadores no que respeita a liderança (meramente para coordenação e baseada no mérito e prestígio específico na área), e condições de participação (mais aberta, e atractiva para especialistas ainda que não militantes), e deverão desempenhar diversas funções, tais como aglutinar *expertise* na área em causa, promover iniciativas de discussão, acompanhar e fiscalizar a acção governativa na respectiva área e produzir ideias, estudos e propostas.

4. **Aposta no Voluntariado Político**, caracterizado por uma participação flexível e adaptável às disponibilidades e capacidades de cada um, e que pode ser decomposto em curtas e pequenas intervenções, até esporádicas e eventualmente anónimas;

5. **Redução dos custos e barreiras à participação e envolvimento em acções da JSD**, como sejam a inscrição prévia, a associação ao partido, a revelação da identidade, a sujeição a uma hierarquia, a deslocação física a eventos públicos ou privados, a assunção de cargos ou responsabilidades para além da específica contribuição desejada pelo cidadão interessado; Contudo, dado que o Militante continua a ser parte essencial e condição de sucesso da JSD, sugere-se a adopção de um sistema misto, em que simultaneamente se valorize a figura do Militante, e se crie a figura do Participante, havendo para isso que.

- ▶ Apostar sobretudo na modernização e revitalização da qualidade Militante, através de campanhas internas e externas que alterem a realidade e a percepção dos custos de filiação (para parecerem menores), e que valorizem a qualidade de militante;
 - ▶ Apostar no Estatuto de Participante, que terá custos de participação muito reduzidos, mas muitas oportunidades, possibilidades e benefícios. Neste cenário importa, contudo, não apostar demasiado na formalização do Participante, caso contrário frustra-se o objectivo pretendido de aligeirar, facilitar e descomplexar a participação. O Estatuto será mais um roteiro de oportunidades, que um conjunto de regras - importa diminuir significativamente os constrangimentos, e as regras terão que ser facilitadoras: voluntariado, flexibilidade, não hierarquia e não comprometimento/não identificação, novos meios, abertura... .
- 6. Acompanhamento do movimento de especialização nas sociedades modernas, aproveitando os clusters sociais em que a sociedade contemporânea se está a reorganizar, e apostando prioritariamente na atracção daqueles que sejam públicos preferenciais, designadamente:**
- ▶ Criando a Comunidade JSD ensino superior;
 - ▶ Adopção de um Roteiro para a Promoção da Participação Política Feminina, não através de métodos imperativos como a imposição de quotas, mas alterando as estruturas, métodos e práticas, e adoptando acções concretas que tornem a JSD e a sua actividade menos repulsivas e mais adequadas às preferências de ambos os géneros;
- 7. Modernização da estratégia de comunicação da JSD, com:**
- ▶ Aposta em novos métodos de comunicação política directa, que sendo ainda centralizada, deverá ser muito mais dirigida, específica e adaptada (*targeted*), assente nos seguintes vectores:
 - a) Utilização das ferramentas tecnológicas mais avançadas, em especial internet e telemóveis;
 - b) Expansão enorme da rede/lista de contactos directos, com a criação de enorme base de dados de acesso electrónico - via sms, mas sobretudo *e-mail*, quer através de acções de angariação de contactos, quer de mecanismo de cadastração no *site*;
 - c) A comunicação deve ser dirigida, por ser enviada a cada interessado sobretudo/ apenas aquilo a que está interessado em receber (o que as novas tecnologias permitem), e aproveitando os clusters de interesses e *network social*;
 - d) Apostar no info-entretenimento;
 - e) Utilização dos clusters sociais como células difusoras da comunicação da JSD.
 - ▶ Criação de relação de parceria com os intermediadores de comunicação de massa (comunicação social, *bloggers*, *opinion makers*,...) que melhore a eficácia da comunicação de massas intermediada;

- 8. Tornar a JSD uma organização tecnologicamente liderante e de ponta, adoptando e controlando as ferramentas e processos mais modernos, com destaque para a internet, as redes sociais, as tecnologias de comunicação, apostando designadamente:**
- ▶ No desenvolvimento e modernização ainda maiores do site da JSD na internet, com novas ferramentas, funcionalidades, e conteúdos, à medida da JSD 3.0 e com vista a tornar o site uma Plataforma central da vida e acção da JSD, como se de uma sede virtual, palco e sala de reuniões de trate;
 - ▶ Na Presença e utilização das ferramentas de social *networking*, sejam pela criação de uma rede/plataforma própria de socialização, seja pela presença e aproveitamento das plataformas generalistas mais utilizadas como o *facebook*, *hi5*, *myspace*, *second life*, *twitter*, ou *linkedin*;
 - ▶ Na Criação da figura do membro digital (participante exclusivamente através e/ou de uma CyberSecção da JSD);
- 9. Modernizar e expandir a estratégia de marketing político, porque a JSD tem que estar na moda e ser desejada, apostando designadamente na criação de:**
- ▶ A marca JSD, que será atribuída a quem participe e que funcione como marca distintiva e aglutinadora;
 - ▶ Merchandising moderno e atractivo que os jovens desejem ter, mediante pareceria com jovens criadores nacionais;
- 10. Estratégia de aumento da produtividade e eficácia do funcionamento e intervenção política da JSD, designadamente através de:**
- ▶ Reorganização da estrutura nacional administrativa e financeira da JSD;
 - ▶ Criação de um guia de boas práticas em reuniões (com eventuais workshops e acompanhamento tutorial de reuniões);
 - ▶ Criação de um Guia para elaboração de Propostas políticas;
 - ▶ Desenvolvimento de um Banco de Formas, que seja uma base de dados com modelos uniformes mas adaptáveis, de vários dos documentos mais utilizados na prática político-partidária normal (convocatórias, memos, comunicados, notas à imprensa, cartas formais, requerimentos, pedidos de informação, petições,);
 - ▶ Desenvolver uma cultura de eficácia, com mecanismos de acompanhamento pós-aprovação da aplicação/execução das propostas e medidas aprovadas - particularmente importante com as moções a aprovar pelo Congresso e Conselho Nacional - em que se poderá prever a obrigatoriedade de o órgão executivo competente apresentar um relatório periódico da situação de execução das propostas;
- 11. Globalização da JSD, através de:**

- ▶ Aprofundamento da participação política na Europa e nas organizações políticas europeias de juventude como o YEPP e o EDS;
- ▶ Aposta na participação política no espaço lusófono, com vista à colaboração com juventudes partidárias congéneres em países lusófonos, e à maior fiscalização da actividade da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa;
- ▶ Criação de mecanismos de participação e envolvimento de imigrantes e emigrantes,
- ▶ Desenvolvimento de esforços de assistência partidária internacional.

III – REVISÃO ESTATUTÁRIA

Dado que várias das soluções acima equacionadas importam alterações aos Estatutos Nacionais da JSD, pretende-se que no decurso deste mandato seja realizada uma revisão dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como de vários dos regulamentos em vigor.

A revisão estatutária deverá ser realizada após o ciclo eleitoral de 2009 de modo a que a preparação deste, que importa tanta concentração em questões externas, não seja afectada pelo desenrolar deste processo iminente interno.

Pretende-se que este seja um processo amplamente participado por todas as estruturas distritais, regionais e de secção da JSD, bem como por todos os seus dirigentes, militantes, e simpatizantes.

Os princípios e soluções acima enunciados deverão ser tomados como sugestões para esse amplo debate de modernização estatutária, e não como soluções pré-aprovadas ou imperativas para o órgão nacional competente que vier a aprovar a revisão estatutária. O debate será completamente aberto, e as soluções finais serão, naturalmente, as encontradas pelos militantes da JSD ao longo do debate. Conhecidos alguns exemplos menos felizes do passado, aproveitando as possibilidades estatutárias, considerando a alta complexidade e inovação das alterações em causa, e dada a necessidade de que à ampla participação de toda a estrutura se alie uma deliberação final esclarecida e serena, entende-se ser preferível que essa deliberação seja tomada em sede de Conselho Nacional com poderes delegados pelo XX Congresso Nacional da JSD.

Esta solução de delegação dos poderes de revisão estatutária no Conselho Nacional deve ser acompanhada de, e não pode prejudicar, um processo alargado, profundo e aberto de discussão da revisão estatutária por toda as estruturas da JSD e seus membros e dirigentes.

Ciclos Eleitorais de 2009

Social-Democracia é um processo inovador e realista, dinâmico e dinamizador. É isso que temos de viver em todos os escalões do Partido e em todo o País.... Pensando mais nas pessoas do que na organização em si,...

Francisco Sá Carneiro - 100.º Número do "Povo Livre" - 14/6/1976

Para que o ano eleitoral de 2009 seja o melhor de sempre para a JSD, e respeitando as directrizes aprovadas já em Conselho Nacional do PSD, será necessária **uma estabilidade inequívoca dos mandatos de todos os eleitos**. Como tal, defendemos que a partir deste XX Congresso e até ao fim do ciclo eleitoral que se avizinha (Europeias, Autárquicas e Legislativas), não se realizem quaisquer convocatórias para actos eleitorais internos, evitando disputas eleitorais internas que nos desconcentrem do essencial, para agirmos com toda a **capacidade, força e energia** nos três actos eleitorais de máxima importância para o PSD e para a JSD, que pela primeira vez na história da democracia Portuguesa ocorrem no mesmo ano.

Europeias

A União Europeia enfrenta hoje alguns dos maiores desafios desde a sua criação:

- ▶ **Organização da União:** A EU continua a braços com as dificuldades de por em prática um novo tratado, com as necessárias consequências para a organização, desenvolvimento e agilidade da União;
- ▶ **Terrorismo:** Renasce em alguns a ideia de que estamos em guerra - uma guerra sem palcos, com um inimigo que se esconde nas sombras o que exige o mecanismos de segurança e *intelligence* cada vez mais evoluídos.
- ▶ **Economia:** Enfrenta a maior crise económica dos últimos 50 anos - mesmo as grandes economias sofrem períodos de recessão, extinguem-se postos de emprego e pela primeira vez volta a falar-se de pobreza no espaço da União.
- ▶ **Ambiente:** Cada vez se tornam mais evidentes as consequências das alterações climáticas e a necessidade de prevenção de desastres ecológicos.

Pela sua natureza estes são tópicos, onde mais do que nunca se exige a união dos Estado e a cooperação dos povos. Contudo, 50 anos volvidos sobre o Tratado de Roma, a EU não conseguiu ainda motivar os europeus para esta nova dimensão de cidadania - o que em última análise configura o problema de maior dimensão.

Em 2009 os portugueses votam pela sexta vez nas eleições europeias. Pela primeira vez vão a sufrágio os representantes europeus dos 27 estados-membros, transformando-se estas nas maiores eleições transnacionais. Para a JSD é essencial que se faça uma campanha de fundo de sensibilização dos eleitores para a importância deste acto eleitoral, é necessário que o cidadão português compreenda que, uma vez que grande parte das políticas nacionais estão, em alguma medida, dependentes das directivas europeias, o deputado europeu não é um mero diplomata, é um legislador. Só um cidadão sensibilizado para este nível de governação pode entender os desafios que se colocam a Portugal enquanto Estado enquadrado na cooperação europeia. E só a partir do momento em que tenhamos um cidadão consciente da dimensão europeia da sua nacionalidade podemos passar para o debate político.

Nova perspectiva

Seguindo esta linha de pensamento, e encarando as eleições europeias sob a mesma perspectiva de seriedade e consequência com que se abordam todas as

eleições nacionais, há que entender a necessidade de assegurar a representatividade do pluralismo da nossa sociedade, nomeadamente incluindo representantes da juventude nas listas de deputados ao Parlamento Europeu.

Em Maio de 2008, em Gaia, os presidentes das juventudes partidárias europeias de centro-direita, reunidos sob a alçada da Juventude do partido Popular Europeu (*Youth of the European People's Party - YEPP*) aprovaram uma declaração, proposta pela JSD, na qual assumiram o compromisso de desenvolverem todos os esforços para assegurar que no Parlamento Europeu haja, pelo menos, um eurodeputado jovem de cada país.

Consideramos indispensável que a juventude portuguesa possa contar com um representante privilegiado em Bruxelas, que seja porta-voz dos nossos anseios e necessidades.

Autárquicas

Serviços e Exercício das Competências

Colocar os serviços prestados pelos municípios entre os melhores prestadores de serviços do País implica uma profunda mudança cultural. É necessário proceder a uma simplificação dos processos administrativos, eliminando aspectos puramente burocráticos que resultam na perda de celeridade e eficiência dos serviços prestados, trazendo complicações óbvias quer ao munícipe quer à própria autarquia.

A introdução das novas tecnologias de informação em todo este processo, assume-se como fulcral. A disponibilização de informação e a prestação de serviços on-line permitirá aos munícipes a resolução de muitos dos seus problemas, encurtando os prazos processuais, melhorando a própria organização dos serviços e diminuindo os incómodos causados aos cidadãos.

O recurso a empresas municipais de fins específicos, possibilitará uma melhor gestão dos equipamentos e infra-estruturas municipais, melhorando a qualidade dos serviços prestados à população e garantindo um uso mais eficaz dos recursos à disposição.

Intermunicipalidade

A implementação da descentralização administrativa através das Grandes Áreas Metropolitanas e das Comunidades Urbanas recentemente constituídas, marca um ponto de viragem nas relações entre os municípios, que se reflecte na aposta em estratégias concertadas entre Autarquias duma mesma região com características e problemas coincidentes em defesa de interesses comuns.

O desenvolvimento futuro de competências, financiamentos e instrumentos de gestão pode significar uma melhor aplicação dos recursos nacionais e comunitários com alterações significativas em áreas como os resíduos, a distribuição de água, o saneamento, os transportes, a mobilidade, os equipamentos colectivos e a segurança e protecção civil, o que pode significar melhorias evidentes da qualidade de vida dos cidadãos nelas integrados. Para o cumprimento de tais objectivos, será aconselhável a constituição de empresas intermunicipais que tratem de forma específica as suas áreas de incidência, melhorando, assim, a qualidade dos serviços prestados e resultando numa

melhor aplicação dos recursos, contribuindo, igualmente, para consolidar a solidariedade entre municípios vizinhos.

Planeamento e Ordenamento do Território

É necessário assumir que a correcção dos desequilíbrios existentes ao nível local só é possível, por um lado, com uma percepção e uma concepção de conjunto do território e, por outro lado, com uma análise prospectiva.

Devemos ter a consciência de que o Ordenamento do Território e o Planeamento das actividades se deve fazer a montante da sua existência, ou seja, antes de constituírem um problema (associado ao desequilíbrio). O Ordenamento é multi-escalar e a sobreposição de escalas daí decorrente tem-se traduzido num problema de concorrência entre vontades nacionais e vontades locais.

Por isso, temos de trabalhar no sentido de consciencializar os intervenientes e a população de que só é possível o equilíbrio quando há uma vontade concertada de todos de modo a ultrapassar a parcialidade e o reducionismo que tem comportado o Planeamento Sectorial e enveredar, efectivamente, por uma abordagem interdisciplinar e integrada e fomentar a coordenação entre os diversos sectores da Administração nacional, regional e local.

É, pois, essencial gerar bases de dados permanentes e facilmente actualizáveis, nas quais seja possível integrar e operar informação dos diversos sectores de actividade, e que sejam fundamentadas num referencial geográfico, de modo a que possam servir de suporte a sistemas efectivamente eficientes de simulação e decisão em Ordenamento e Planeamento.

Devem-se assumir como prioridades:

- ▶ Desincentivar comportamentos "irracionais" que se traduzem no aumento inconsciente dos consumos (energia, bens naturais), com consequências na exploração dos recursos ao nível nacional e global;
- ▶ O trabalho sobre os modelos de concentração da população e das actividades humanas, que se traduzem em problemas de congestão/despovoamento, sobrecarga/subexploração das infra-estruturas básicas, degradação ambiental e em assimetrias de desenvolvimento regional.
- ▶ Definir políticas no sentido de um reordenamento e da recuperação das zonas urbanas degradadas
- ▶ Promover acções no que diz respeito à valorização e protecção das áreas litorais;
- ▶ Repensar as políticas dos meios de transporte públicos, no sentido de aumentar a sua eficiência e fiabilidade e, consequentemente, reduzir gestões.
- ▶ Devolver a floresta ao seu espaço, fomentando e apoiando a plantação de espécies segundo critérios estratégicos de sustentabilidade ambiental e económica, proceder ao cadastro florestal e promover por meio de legislação fiscal adequada a constituição de explorações florestais viáveis, contrariando, assim, o minifúndio. Para além disso, impõem-se a necessidade de responsabilização dos proprietários, que devem gerir as propriedades florestais e proceder à sua limpeza.

Conclusão

Os objectivos gerais destas linhas estratégicas são melhorar a gestão dos recursos municipais, melhorar o serviço que as autarquias prestam às comunidades que servem, aumentando a qualidade de vida das populações e incentivando modos de vida saudáveis, com especial incidência para aqueles que têm toda uma vida pela frente – Os jovens.

A missão dos eleitos da JSD nos diversos cargos autárquicos é, pois, muito importante para o sucesso desta mudança na continuidade que aqui se preconiza. O espírito empreendedor e reformista que é imagem de marca da JSD, na defesa da Social Democracia, será a garantia de que o Futuro que nos aguarda será francamente positivo.

Cabe, então, a toda a estrutura da JSD fazer o seu relevante papel de informar e formar todos os elementos que propõe para candidatos aos diversos órgãos autárquicos. É indispensável que cada um dos candidatos possua um conhecimento da estrutura organizacional do Poder Autárquico, a função de cada um dos órgãos, o papel que cabe a cada um dos cargos e os deveres e os direitos dos titulares desses mesmos cargos.

O domínio de cada militante do processo eleitoral no seu todo, passando pela elaboração das listas, pela campanha eleitoral, pelo acto eleitoral, propriamente dito, é igualmente importante, pois daqui depende, em grande parte, o sucesso de um projecto autárquico.

Legislativas

Nas próximas eleições legislativas a JSD tem a responsabilidade política de influenciar o programa do partido com políticas não só para a juventude mas também para o futuro de Portugal.

As Juventudes partidárias têm o **dever de romper** com muitas das premissas, confortos, interesses instalados na sociedade que no futuro poderão ser prejudiciais para o País. Nesta moção a título de exemplo mencionamos que o actual modelo do sistema de segurança social está totalmente “falido” no médio longo prazo, e aparentemente na sociedade todos os agentes estão muito ‘tranquilos’ com a situação corrente, mas com determinação e coragem própria de juventude deve apontar-se o dedo à ferida, discutir o problema e estudar alternativas, como a o modelo ‘misto’ que aqui propomos, em consonância com muitos outros cidadãos, e associações do País.

O primeiro-ministro no último congresso da JS referiu que não tem qualquer política de juventude mas sim uma política dita «global» para o País onde também inclui a juventude. Realmente tem sido notória a actual ausência de estratégia, mensagem e conteúdos do secretário de estado da juventude e do desporto sobre políticas de juventude, em toda esta governação. Pensamos que com muitas das reflexões desta moção, e com muitos dos conteúdos resultantes dos grupos de trabalho do próximo congresso ficará bem provado mais uma vez, que **os jovens necessitam de políticas próprias e de ‘voz’ firme e activa na sociedade portuguesa.**

Quanto à participação dos jovens nas próximas eleições e o interesse ou não dos jovens pela política, tão discutido ultimamente, pensamos que os jovens ocorrem sempre aos projectos políticos, desde que estes tenham: uma mensagem própria para os jovens, políticas do seu interesse, que estejam em causa importantes opções de futuro para o país. **Não são os jovens que estão afastados da**

política, mas são os políticos que estão definitivamente afastados dos jovens. Nas últimas eleições americanas e francesas, atingiram-se naqueles países níveis recorde de participação dos jovens na política, foi a sua participação uma das principais causas de alavancagem da dinâmica de vitória tanto de Obama como de Sarkozy.

Finalmente a JSD deverá ser ou não contemplada com a presença nas listas legislativas, se para isso estiver devidamente preparada e se tenha até à data apresentado um conjunto de soluções e políticas que tenham o reconhecimento interno da estrutura mas sobretudo **o reconhecimento externo dos jovens portugueses.** Não queremos, não defendemos quotas para a JSD. Mas não permitiremos, nem nos conformaremos que a JSD seja prejudicada pelo facto de sermos jovens. O PSD tem de entender que a representação de um sector fundamental da sociedade portuguesa (juventude), deverá ser feita por aqueles que melhor interpretam os seus anseios, ambições e prioridades.

NOTA FINAL:

Este projecto depende do teu envolvimento. Queremos **construir contigo e para ti** a nova JSD. A candidatura “**Agora Nós: Uma Nova Atitude**”, desafiou-te a colaborar na construção uma nova forma de estar na política.

Esta moção que tenho o prazer de subscrever teve como autores: Teresa Luisa Silva, José Pedro Salgado, Manuel Nina, Luís Faria, Luís Santos, João Annes, André Pardal, Pedro Esteves, Margarida Lopes, Ivo Santos, Miguel Martins, Ana Janine, Filipe Carraço, João Costa, Luis Pinto, Joana Barata Lopes, Cecília Montes, Duarte Marques, José Gonçalo Regalado, António Leitão, Francisco Matias, Mário Sousa, Gonçalo Costa, Luis Almeida, Miguel Vaz, Duarte Caseiro, Miguel Ávila, Rita Baco, Zubaide Melo, Paulo Grinaldi, Miguel Gomes, Rui Trigo, Filipe Corte Real, Alberto Beato, Ricardo Peres, Gonçalo Costa, Nuno Martins.

*A JSD não é
a voz do partido
junto da juventude
mas sim a voz da juventude
dentro do partido*

Pedro Rodrigues

XX

